



Estado de Mato Grosso
Ministério Público
Procuradoria Geral de Justiça

EDITAIS Nº 001/2014/MP-MT, Nº 002/2014/MP-MT e Nº 004/2014/MP-MT

Concurso Público para Provimento do Cargo de PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO



Prova Preambular **OBJETIVA**

NOME DO CANDIDATO

NÚMERO DE INSCRIÇÃO

ASSINATURA DO CANDIDATO



Universidade Federal de Mato Grosso
Secretaria de Articulação de Relações Institucionais
Gerência de Exames e Concursos

Instruções

LEIA COM ATENÇÃO

1. Este **Caderno de Prova**, com páginas numeradas de **1 a 36**, é constituído de **100 (cem)** questões objetivas de múltipla escolha, cada uma com cinco alternativas, assim distribuídas:

- **01 a 20** – **Língua Portuguesa**
- **21 a 40** – **Grupo Temático I (Direito Penal e Direito Processual Penal)**
- **41 a 60** – **Grupo Temático II (Direito Civil e Direito Processual Civil)**
- **61 a 80** – **Grupo Temático III (Direito Constitucional, Direitos Humanos, Direito Eleitoral, Direito Administrativo e Direito Financeiro e Tributário)**
- **81 a 100** – **Grupo Temático IV (Direitos Difusos e Coletivos: Direito Ambiental e Urbanístico, Sanitário, do Consumidor, da Criança e do Adolescente e do Idoso e Ministério Público: teorias e legislação)**

2. Caso o Caderno de Prova esteja incompleto ou tenha qualquer defeito de impressão, solicite ao fiscal que o substitua.

3. **Sobre a Marcação do Cartão de Respostas**

As respostas das questões devem ser, obrigatoriamente, transcritas com caneta esferográfica de tinta azul ou preta não porosa para o Cartão de Respostas, que será o único documento válido para correção.

3.1. Para cada questão existe apenas uma alternativa que a responde acertadamente. Para a marcação da alternativa escolhida no **CARTÃO DE RESPOSTAS**, pinte completamente o círculo correspondente.

Exemplo: Suponha que para determinada questão a alternativa **C** seja a escolhida.

N.º da Questão
<input type="radio"/> A
<input type="radio"/> B
<input checked="" type="radio"/> C
<input type="radio"/> D
<input type="radio"/> E

3.2. Será invalidada a questão em que houver mais de uma marcação, marcação rasurada ou emendada, ou não houver marcação.

4. Não haverá substituição do **CARTÃO DE RESPOSTAS** por erro do candidato.

5. A duração da Prova Preambular Objetiva é **5 (cinco)** horas, já incluído o tempo destinado ao preenchimento do **CARTÃO DE RESPOSTAS**.

6. Antes de se retirar da sala de prova, o candidato deverá, obrigatoriamente, entregar ao fiscal este **Caderno de Prova** e o **CARTÃO DE RESPOSTAS**. Este Caderno de Prova poderá ser levado pelo candidato **somente** após transcorridas **4 (quatro)** horas e **30 (trinta)** minutos do início da Prova Preambular Objetiva.

LÍNGUA PORTUGUESA

QUESTÃO 01

O trecho abaixo foi extraído da reportagem da revista *Veja*, 26/06/2013, sobre os acontecimentos relativos às manifestações populares ocorridas na semana de 17 a 22 de junho.

Quando se espalhou por São Paulo um protesto _____ o aumento de 20 centavos na passagem de ônibus, todo mundo sentiu _____ a coisa era bem maior. Tão maior, tão inebriante, mais mobilizadora, mais assustadora e mais apaixonante que, em uma semana, multidões bem acima de 1 milhão de pessoas jorraram Brasil afora na histórica noite de quinta-feira. Todos os parâmetros comparativos anteriores, _____ Diretas Já e Fora Collor, empalideceram diante do abismo aberto _____ representantes dos poderes, de um lado, e o poder dos que se sentem muito mal representados, de outro. A presidente acuada, as instituições em estado de estupor, os políticos desaparecidos e a turbamulta subindo a frágil passarela do Palácio Itamaraty criaram outro sentimento estarrecedor: é muito fácil quebrar o vidro _____ separa a ordem do caos.

Assinale a alternativa que preenche correta e respectivamente as lacunas do texto.

- [A] sobre, que, entre as, com os, de que
- [B] contra, que, como, entre os, que
- [C] sobre, o qual, como, com os, em que
- [D] contra, a qual, entre as, com, que
- [E] sobre, o qual, entre as, como, em que

QUESTÃO 02

Leia o trecho abaixo extraído do livro *Filosofia*, de Marilena Chauí.

O poder da Igreja cresce à medida que se esfacela e desmorona o Império Romano. Dois motivos levam a esse crescimento: em primeiro lugar, a expansão do próprio cristianismo pela obra da evangelização dos povos, realizada pelos padres nos territórios do Império Romano e para além deles; em segundo lugar, porque o esfacelamento de Roma, do qual resultará a formação socioeconômica conhecida como feudalismo, fragmentou a propriedade da terra e fez surgirem pequenos poderes locais isolados, de sorte que o único poder centralizado e homoganeamente organizado era o da Igreja.

Em relação aos elementos coesivos no texto, analise as afirmativas.

- I - O indicador de proporção *à medida que* pode ser substituído, sem prejuízo de sentido, por *à proporção que* ou *ao passo que*.
- II - Os operadores *em primeiro lugar* e *em segundo lugar* ordenam a sequência lógica do texto e direcionam, argumentativamente, o olhar do leitor.
- III - O operador argumentativo *de sorte que* é indicador de consequência, podendo ser substituído por *de forma que*.
- IV - A expressão relativa *do qual* funciona como elemento coesivo anafórico, pois retoma o sentido de Império Romano.
- V - *Em fragmentou a propriedade da terra e fez surgirem pequenos poderes locais isolados*, o operador *e* indica mais que a soma de argumentos com a mesma força semântica, podendo sofrer acréscimo de *assim*.

Estão corretas as afirmativas

- [A] I, III e IV, apenas.
- [B] II, IV e V, apenas.
- [C] I, II, III e V, apenas.
- [D] I, II, III, IV e V.
- [E] II, III e V, apenas.

QUESTÃO 03

Leia trecho do artigo de Mailson da Nóbrega (Veja, 26/06/2013) abaixo.

Era hora, pois, de agir. Dilma, que tempos antes se vangloriava de ter baixado os juros, calou-se e autorizou o BC a acelerar a alta da Selic. Provavelmente já sabia que sua popularidade estava em queda, o que depois o Datafolha e o Ibope confirmariam. Isso não quer dizer, porém, que a presidente tenha renunciado à tese da esquerda nos anos 1970 e 1980 segundo a qual é possível vencer a inflação sem custos. Ela chegou a afirmar que o remédio seria aumentar o consumo.

Sobre recursos linguísticos utilizados, assinale a afirmativa correta.

- [A] As conjunções *pois* e *porém* poderiam ser substituídas respectivamente por *então* e *no entanto*, e poderiam ser colocadas no início da frase em que se encontram.
- [B] As formas verbais *vangloriava* e *acelerar*, pretérito perfeito do indicativo e infinito, respectivamente, poderiam ser substituídas, sem prejuízo de sentido, por *ufanava* e *apressar*.
- [C] As expressões *em queda*, *sem custos* e *tempos antes* acrescentam circunstância de modo aos verbos aos quais se referem.
- [D] A forma verbal *tenha renunciado* pode ser substituída por *renunciara*, mesmo tempo verbal na forma simples.
- [E] O advérbio *Provavelmente* indica, sobre o fato de a popularidade de Dilma ter caído, a certeza da presidente.

QUESTÃO 04

O trecho abaixo é de Gaudêncio Torquato, professor da USP e consultor político, publicado no jornal A Gazeta, em 08 de junho de 2013.

Premiar policiais que tenham o melhor desempenho na tarefa de reduzir a criminalidade é medida eficiente? Ou, desdobrando a questão, a implantação da meritocracia na esfera policial é estratégia adequada para se alcançar a ansiada meta de redução de crimes nas grandes cidades?

Assinale a alternativa que apresenta uma continuidade coerente para o trecho.

- [A] Apesar da aparente aprovação, conquistada por um conceito que valoriza o mérito pessoal, não há como deixar de examinar outros posicionamentos que poderão gerar ruídos na implantação da sistemática de contribuir, até, para uma reversão de expectativas.
- [B] Ao lado da remuneração, há outros meios que contribuem para o servidor se engajar e participar de forma plena nas tarefas profissionais: os poderes normativo e coercitivo, ou seja, a norma, os princípios, os valores e a possibilidade de ser punido, caso não cumpra bem a missão, funcionam como alavancas do ajustamento do profissional ao ambiente de trabalho.
- [C] Em face de uma planilha locupletada de demandas, que se tornam a cada dia mais prementes face aos índices assustadores de criminalidade, o sistema de premiação às performances individuais ameaça ser fator de competição esganiçada e predatória entre grupos.
- [D] Na medida em que a cultura meritocrática como conceito que visa valorizar e recompensar os perfis e conjuntos que atingem resultados graças aos seus valores, competências e qualidades é vista com simpatia em todos os espaços de trabalho, ganhando força na administração pública, a resposta, a princípio, é positiva.
- [E] Os policiais não refletiram sobre a atual conjuntura de que tanto se fala politicamente; se o tivessem feito, estariam nas ruas e não a fazer greves.

QUESTÃO 05

A coluna da esquerda apresenta perguntas feitas na seção Entrevista, revista Veja, 01/05/2013, a Wendy Kopp, fundadora do Teach for America, e a da direita, as respostas dadas. Numere a coluna da direita de acordo com a da esquerda, de forma que as respostas sejam adequadas às perguntas.

- | | | |
|---|-----|---|
| 1 - Um bom professor nasce ou é criado? | () | Cada país tem suas peculiaridades. Nos EUA quando começamos, em 1989, o primeiro passo foi colocar professores do Teach for America em escolas onde havia falta de professores tradicionais. Agora temos gente em todo lugar [...]. São professores assim como os demais. |
| 2 - O que acontece com os professores depois de dois anos dando aulas? | () | Vi tantas que deram certo e tantas que deram errado que hoje acredito no seguinte: é preciso oferecer meios para que professores e diretores assumam responsabilidade integral pelo sucesso acadêmico dos alunos. |
| 3 - Os professores tradicionais ficam incomodados com a chegada de gente sem formação pedagógica para dar aula? | () | Procuramos selecionar universitários com certas características, escolhemos aqueles que acreditam no potencial de todas as crianças, que são incansáveis na busca dos objetivos[...] Mas, além dessas qualidades, eles precisam aprender a trabalhar com crianças e adquirir habilidades e conhecimentos para virar professores mais eficazes[...]. E tudo isso é ensinado. |
| 4 - Qual é a melhor estratégia pedagógica? | () | A experiência de ensinar em comunidades de baixa renda não tem impacto apenas nas crianças, mas também nos professores. [...] entre 60% e 70% dos professores estabeleceram-se na área da educação como diretores de escola, formuladores de políticas de educação. |

Assinale a sequência correta.

- [A] 3, 1, 4, 2
- [B] 4, 3, 2, 1
- [C] 4, 2, 3, 1
- [D] 1, 4, 2, 3
- [E] 3, 4, 1, 2

QUESTÃO 06

Os textos que compõem as alternativas constituem trechos de cartas dos leitores enviadas à revista Veja, 03/07/2013, sobre as manifestações populares ocorridas em junho. Assinale a alternativa que apresenta argumento que se diferencia dos demais.

- [A] Nosso povo, que há muito perdeu suas esperanças, agora acordou para lutar e recuperar sua esperança de ver um Brasil melhor.
- [B] Confesso que já tinha perdido a fé na juventude. Agora dou a mão à palmatória e agradeço a todos os jovens por me trazerem de volta a esperança.
- [C] Não cabe em meu peito o orgulho que sinto em ver as imagens de nosso povo nas ruas, reivindicando (em paz) nada além dos nossos direitos.
- [D] Graças a Deus, nosso povo até que enfim percebeu que precisa protestar contra o que decididamente não vai bem.
- [E] Que os sentimentos e motivações que nos levaram às ruas nos acompanhem às urnas nas próximas eleições.

QUESTÃO 07

Considere a peça propagandística abaixo.



Sobre o texto, analise as afirmativas.

- I - Existe perfeita coerência entre a linguagem verbal e a não verbal, pois ambas tratam de liberdade.
- II - O texto permite a seguinte ideia subentendida: a imprensa escrita divulga a verdade.
- III - Pode-se alterar a colocação dos termos na frase à direita, sem prejuízo de sentido: A verdade sem liberdade não aparece.
- IV - A parte não verbal exemplifica a mensagem da peça, poderia ter sido usado outro tipo de falta de liberdade da imprensa.

Estão corretas as afirmativas

- [A] II e IV, apenas.
- [B] I, II e III, apenas.
- [C] I, II e IV, apenas.
- [D] III e IV, apenas.
- [E] I, II, III e IV.

QUESTÃO 08

Numere os períodos abaixo de modo a se tornarem um texto coeso e coerente.

- () De início, esse discurso foi usado para constranger a imprensa e o Ministério Público, responsáveis pela descoberta, investigação e denúncia da engrenagem criminosa que subornou parlamentares em troca de votos no Congresso.
- () Essa última cartada parecia fadada ao sucesso.
- () Afinal de contas, a Justiça no Brasil só não falha e não tarda quando estão sob suas barras os pés-rapados e os ladrões de galinha.
- () Durante mais de oito anos, petistas estrelados entoaram certos mantras a fim de apagar da história a mancha do mensalão, o maior esquema de corrupção política no país.
- () Depois, a ofensiva passou a ter como alvo o Supremo Tribunal Federal, a quem cabia julgar o processo, na tentativa de adiar a execução das penas.

Assinale a sequência correta.

- [A] 2, 4, 5, 1, 3
- [B] 2, 5, 3, 1, 4
- [C] 1, 3, 2, 4, 5
- [D] 1, 4, 5, 2, 3
- [E] 3, 4, 1, 2, 5

ZERO MAIS ZERO

1 Consta que Galeno, o maior médico da Roma antiga, chegou certa vez a uma cidade atingida pela peste, onde foi recebido com grandes esperanças pelos notáveis locais. Que sorte a nossa, pensaram todos — certo nesta hora, eis que nos aparece o grande Galeno, o homem que mais conhece o corpo humano em todo o império e consegue curar as doenças mais infames em circulação por aí. Galeno olhou um pouco a sua volta, pensou por um

5 minuto e deu sua receita para o tratamento da peste: “Vão embora daqui o mais rápido que puderem. Vão para o lugar mais longe possível. Voltem o mais tarde que conseguirem”. Houve certo desapontamento: mas é só isso que o nosso grande doutor tem para dizer? Sim, era só isso, e Galeno foi o primeiro a aplicar a sua própria terapia: montou no cavalo, saiu a galope e nem olhou para trás. Não há informações mais precisas nessa história, mas uma coisa é certa: ninguém que optou por obedecer à sua prescrição morreu. E não era isso, exatamente, o que

10 esperavam dele?

 O episódio permanece, no anedotário da história, como uma prova de que é perfeitamente possível aproveitar a própria ignorância para obter um benefício importante — importantíssimo, na verdade, para os que salvaram a sua vida seguindo a recomendação recebida. Galeno não tinha a mais remota ideia de como curar a peste, algo que só seria descoberto uns 1600 anos depois, mais ou menos. Mas sabia certas coisas interessantes.

15 Sabia, por exemplo, que a doença aparecia numas cidades e não em outras, que permaneciam totalmente imunes à epidemia. [...] Sabia, também, que um indivíduo ainda não contaminado permanecia plenamente saudável quando se mudava para algum lugar livre da praga. Não se importava nem um pouco, enfim, em admitir sua ignorância sobre o assunto: ao contrário dos seus colegas, que ficavam receitando remédios absurdos, rezas e mandingas para esconder o fato de que não sabiam nada sobre o tratamento da doença, preferia salvar pela observação lógica

20 aqueles que ainda não estavam condenados.

 Galeno, na escuridão do século II, não sabia muita coisa. [...] Achava, por exemplo, que o sangue se originava no fígado, e tinha dúvidas sobre a disposição dos músculos do corpo humano: hoje, provavelmente, não o deixariam clinicar num posto de saúde do interior do Ceará. Mas Galeno era um ás em servir-se da sua inteligência para vencer a sua ignorância. Ao recusar-se a ficar inventando falsas respostas para questões que desconhecia, e por limitar-se a aplicar ao paciente o que de fato sabia, forçava a si próprio a aprender mais, e a aprender com mais certeza. O resultado é que acabou se tornando um farol para a medicina por mais de 1000 anos após a sua morte.

25

 Em muita coisa, no Brasil de hoje, vivemos um momento oposto ao do mundo mental de Galeno — a ignorância serve para derrotar a inteligência. Grandes vultos do nosso mundo cultural, político, social e outros abarrotam seus sites com cursos, mestrados, pós-graduações e outros feitos d’armas que atribuem a si próprios:

30 infelizmente, não informam o que aprenderam. Sem isso, o que se tem é zero mais zero.[...]

(GUZZO, J.R. Veja, 29 de maio de 2013.)

QUESTÃO 09

Sobre o artigo, analise as afirmativas.

- I - O texto usa uma história amplamente conhecida pelos brasileiros para externar sua posição sobre os erros e abusos da medicina no Brasil de hoje.
- II - Ao dizer *Consta que Galeno*, o autor sugere que não há registro de que a história tenha sido exatamente como conta.
- III - A ideia de servir-se da inteligência para vencer a ignorância não está colocada no texto como deboche, mas como maneira de obrigar-se a aprender.
- IV - No último parágrafo, o articulista traz a situação para o Brasil, onde ocorrem coisas similares à contada sobre Galeno.

Está correto o que se afirma em

- [A] I, II e IV, apenas.
- [B] II e III, apenas.
- [C] II, III e IV, apenas.
- [D] I e III, apenas.
- [E] I e IV, apenas.

QUESTÃO 10

Em relação à regência verbal e nominal no texto, assinale a afirmativa correta.

- [A] Em *ninguém que optou por obedecer à sua prescrição morreu*, pode-se retirar o acento grave porque o verbo obedecer não rege preposição.
- [B] Em *chegou certa vez a uma cidade*, deve-se substituir a preposição *a* por *em*, conforme regem as normas da escrita culta.
- [C] Em *tinha dúvidas sobre a disposição dos músculos do corpo humano*, a preposição *sobre* está indevidamente empregada porque a palavra *dúvida* exige a *cerca de* ou *em*.
- [D] Em *vivemos um momento oposto ao do mundo mental de Galeno*, a preposição *a* está corretamente empregada em função da regência do adjetivo *oposto*.
- [E] Em *Galeno era um ás em servir-se da sua inteligência*, a preposição *em* deveria ser substituída por *de*, em função da regência do verbo *servir*.

QUESTÃO 11

Em relação à concordância verbal e nominal no texto, assinale a afirmativa correta.

- [A] No trecho *para questões que desconhecia*, o verbo deve ser pluralizado visto que se refere à palavra *questões*, que está no plural.
- [B] O verbo *permanecer*, em *doença aparecia numas cidades e não em outras, que permaneciam totalmente imunes à epidemia*, por se ligar à palavra *doença*, deveria estar no singular.
- [C] Alterando-se a frase *ficavam receitando remédios absurdos, rezas para ficavam receitando remédios e rezas absurdos*, ela estaria ainda de acordo com as regras da escrita culta.
- [D] Se a palavra *informações*, em *Não há informações mais precisas nessa história*, for trocada por *informes* não haverá necessidade de alterar o gênero da palavra *precisas*.
- [E] Em *Galeno [...] e tinha dúvidas sobre a disposição dos músculos do corpo humano*, o termo *dúvidas* deveria estar no singular, concordando com *Galeno*.

QUESTÃO 12

A palavra *certo* (flexionada ou não) ocorre várias vezes ao longo do texto. Assinale a ocorrência em que sua função **NÃO** é a de caracterizar um substantivo.

- [A] *Que sorte a nossa, pensaram todos — certo nesta hora, eis que nos aparece o grande Galeno*
- [B] *Consta que Galeno, o maior médico da Roma amiga, chegou certa vez a uma cidade atingida pela peste*
- [C] *Houve certo desapontamento: mas é só isso que o nosso grande doutor tem para dizer?*
- [D] *Não há informações mais precisas nessa história, mas uma coisa é certa: ninguém que optou por obedecer à sua prescrição morreu.*
- [E] *Mas sabia certas coisas interessantes.*

QUESTÃO 13

O pronome demonstrativo *isso* ocorre três vezes no primeiro parágrafo. Assinale a alternativa que apresenta o significado que esse pronome retoma respectivamente.

- [A] “Vão embora daqui o mais rápido que puderem. Vão para o lugar mais longe possível. Voltem o mais tarde que conseguirem”. - “Vão embora daqui o mais rápido que puderem. Vão para o lugar mais longe possível. Voltem o mais tarde que conseguirem”. - ninguém que optou por obedecer à sua prescrição morreu.
- [B] “Vão embora daqui o mais rápido que puderem. Vão para o lugar mais longe possível. Voltem o mais tarde que conseguirem”. - Houve certo desapontamento - ninguém que optou por obedecer à sua prescrição morreu.
- [C] ninguém que optou por obedecer à sua prescrição morreu. - “Vão embora daqui o mais rápido que puderem. Vão para o lugar mais longe possível. Voltem o mais tarde que conseguirem”. - ninguém que optou por obedecer à sua prescrição morreu. - Houve certo desapontamento.
- [D] Houve certo desapontamento. - Houve certo desapontamento - “Vão embora daqui o mais rápido que puderem. Vão para o lugar mais longe possível.
- [E] ninguém que optou por obedecer à sua prescrição morreu. - Houve certo desapontamento. - “Vão embora daqui o mais rápido que puderem. Vão para o lugar mais longe possível. Voltem o mais tarde que conseguirem”.

QUESTÃO 14

Em relação a formas verbais usadas no artigo, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- [A] No segundo parágrafo, *importava* (linha 17) está no pretérito imperfeito do indicativo e exprime um fato durativo, anterior ao momento em que se fala.
- [B] No primeiro parágrafo, *Vão* (linha 5) está no presente do indicativo e indica uma atitude de interferência do falante sobre o interlocutor.
- [C] No terceiro parágrafo, *deixariam* (linha 23) está no futuro do pretérito do indicativo e indica, na linguagem polida, um fato futuro que se acredita não se realizar.
- [D] No quarto parágrafo, *abarrotam* (linha 29) está no presente do indicativo e exprime um fato que ocorre no momento da fala.
- [E] No segundo parágrafo, *salvaram* (linha 13) está no pretérito perfeito do indicativo e indica uma ação passada e concluída.

QUESTÃO 15

Leia o trecho abaixo, parte de matéria da revista Veja de 20/11/2013.

Os distúrbios cardiovasculares são a principal causa de morte no mundo, com 17 milhões de óbitos todos os anos (300.000 deles no Brasil). O aumento nos casos de infarto e derrame está diretamente associado aos piores hábitos da vida moderna: obesidade, tabagismo, dietas desequilibradas (abundantes em sal, açúcar e gorduras) e sedentarismo. Esses fatores contribuem para deixar as artérias entupidadas, enrijecidas e inflamadas. Não bastasse a dificuldade de mudança no estilo de vida, uma minoria de pacientes segue o tratamento à risca. Entre os brasileiros, eles não passam de 20%.

Sobre recursos linguísticos presentes no trecho, analise as afirmativas.

- I - Em *Os distúrbios cardiovasculares são a principal causa de morte no mundo*, o verbo *ser* deveria estar na terceira pessoa de singular visto se ligar a uma expressão no singular (*principal causa*).
- II - No segundo período, *associado* está no singular e masculino, pois se refere à palavra *aumento*, núcleo da expressão *O aumento nos casos de infarto e derrame*.
- III - Em *(300 000 deles no Brasil)* e *(abundantes em sal, açúcar e gorduras)*, os parênteses foram utilizados para acrescentar um comentário ou explicação ao que foi dito.
- IV - O pronome *eles*, no último período, por referir-se à *dificuldade de mudança* e à *minoria de pacientes*, não poderia estar no masculino, deveria vir no feminino.
- V - O pronome *Esses*, em *Esses fatores contribuem*, exerce a função de retomar o sentido de algo dito, no caso, *obesidade, tabagismo, dietas desequilibradas e sedentarismo*.

Estão corretas as afirmativas

- [A] I e III, apenas.
- [B] I, III e IV, apenas.
- [C] I, II, IV e V, apenas.
- [D] II, IV e V, apenas.
- [E] II, III e V, apenas.

INSTRUÇÃO: Leia parte de texto publicado na revista Linha Direta, em agosto de 2013, intitulado O som da comunidade, e responda às questões 16 e 17.

O Instituto Cultural Flauta Mágica (ICFM) surgiu em 1998, quando o maestro Gilberto Mendes apresentou à Secretaria Municipal de Cuiabá/MT um projeto que visava trabalhar teoria e prática musical com crianças das escolas públicas do local. O trabalho tem como base a utilização de uma metodologia pautada no prazer que a música e a dança oferecem, além de focar na aprendizagem em grupo, o que, segundo a metodologia, proporciona um aprendizado mais prazeroso e rápido. Já no ano seguinte, o projeto contava com 40 alunos que, com apenas seis meses de aulas e ensaios, já realizavam apresentações para o público da cidade.

O maestro usou sua metodologia como agente transformador de realidades, como elemento de desenvolvimento social e cultural na comunidade do bairro Jardim Vitória, na periferia de Cuiabá/MT.

QUESTÃO 16

A respeito de formas verbais do texto, assinale a afirmativa correta.

- [A] Por indicar uma ação terminada no passado, apresentações dos alunos, antes de outra também no passado, uso da metodologia de grupo, a forma *realizavam* foi empregada no pretérito imperfeito do indicativo.
- [B] A forma *visava* indica que a ação do projeto é posterior à época em que o maestro o apresentou à Secretaria Municipal de Cuiabá, daí estar no pretérito perfeito do indicativo.
- [C] Indicando ação terminada, a forma *usou* leva o emprego da metodologia do maestro para tempo anterior ao do aprendizado das crianças, por isso estar no pretérito mais que perfeito do indicativo.
- [D] As formas *tem* e *proporciona* estão no presente do indicativo, indicando ações que ainda se realizam atualmente.
- [E] A forma *oferecem*, por referir-se a um fato passado, o uso da metodologia do ICFM, deveria estar conjugado em um tempo passado.

QUESTÃO 17

Sobre o trecho dado, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () O verbo *visar* possui regências diferentes conforme o sentido que assume; no texto, o sentido é examinar, olhar, e exige preposição *a*.
- () Os termos *seguinte* e *cidade* estabelecem coesão exofórica, pois retomam sentidos que se encontram fora do texto dado.
- () Se o segmento *com apenas seis meses de aulas e ensaios* fosse colocado no final do período, não haveria exigência gramatical para o uso de vírgula.
- () A palavra *já*, na primeira ocorrência, integra-se à expressão temporal *no ano seguinte*; na segunda, funciona como advérbio, indicando circunstância de tempo ao verbo realizar.

Assinale a sequência correta.

- [A] F, V, V, V
- [B] V, F, V, F
- [C] V, F, F, F
- [D] F, F, V, V
- [E] F, V, F, V

QUESTÃO 18

O sentimento religioso não mora no mundo das coisas que existem. Se Deus existisse, então o mundo seria um Paraíso... Deus mora no mundo das coisas que não existem, o mundo da saudade, da nostalgia. Os deuses que moram no mundo das coisas que existem não são deuses. São ídolos.

(ALVES, Rubem. *Ostra feliz não faz pérola*. São Paulo: Planeta, 2013.)

Sobre a linguagem do trecho, assinale a afirmativa correta.

- [A] No trecho *coisas que existem*, existir pode ser substituído por haver, ficaria haviam.
- [B] Em todas as ocorrências, o pronome *que* é relativo, funciona como elemento coesivo e retoma o sentido do mesmo antecedente.
- [C] Em *Se Deus existisse*, existir pode ser substituído por haver, ficaria houvesse.
- [D] No trecho *Se Deus existisse, então o mundo seria um Paraíso...*, a correlação correta entre as formas verbais é pretérito imperfeito do subjuntivo e futuro do presente do indicativo.
- [E] Ideia de conformidade está presente no trecho *Se Deus existisse, então o mundo seria um Paraíso...*

INSTRUÇÃO: Leia o segmento abaixo e responda às questões 19 e 20.

Pode começar a reservar um espaço no museu doméstico para seus cartões de crédito, porque logo, logo eles estarão obsoletos. Mais um passo foi dado para acelerar a adoção de pagamentos realizados por meio de dispositivos móveis. Desta vez, determinado banco desenvolveu um projeto piloto de *mobile payment* que já pode ser utilizado em alguns supermercados.

[...]

Não há muitos segredos para transformar o smartphone em uma carteira virtual e, assim, pagar as despesas no supermercado. Após vincular a conta de telefone ao sistema do banco, o usuário deve baixar um aplicativo para gerenciar as transações. Na hora de efetuar o pagamento, basta digitar o número do celular, aguardar o envio da notificação ao dispositivo móvel e confirmar virtualmente a transação.

(TANJI, T. *O celular paga a conta*. In Revista Info, novembro de 2013.)

QUESTÃO 19

Sobre a linguagem do trecho, assinale a afirmativa correta.

- [A] Dizer *Não há muitos segredos* é o mesmo que dizer Não há qualquer segredo.
- [B] O articulista dirige-se ao leitor a quem trata por você, haja vista o uso da forma verbal *Pode* e do pronome *seus*.
- [C] A expressão por meio de, em *pagamentos realizados por meio de dispositivos móveis*, pode ser substituída por através de, segundo a escrita culta.
- [D] O termo *obsoletos*, no segmento, pode ser substituído por atualizados ou modernos, mantendo o mesmo sentido.
- [E] Os termos *alguns* e *muitos* exercem função adverbial, acrescentando circunstância de quantidade às palavras a que se referem.

QUESTÃO 20

Em relação aos recursos linguísticos e textuais, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () Os pronomes *eles* e *seus*, no primeiro período do segmento, exercem função coesiva, retomando ambos o sentido de cartões de crédito.
- () No trecho *porque logo, logo eles estarão obsoletos*, a repetição do advérbio de tempo enfatiza a rapidez com que os cartões cairão em desuso.
- () A expressão *Desta vez* é duplamente coesiva, pois, além de retomar o sentido de cartões de crédito obsoletos, funciona como elemento sequencial.
- () Há três ocorrências da preposição *para*; nas duas últimas, indica finalidade e, na primeira, pode ser substituída por a.
- () No último período do segmento, a primeira vírgula separa uma circunstância indicativa de tempo e a segunda, orações coordenadas.

Assinale a sequência correta.

- [A] F, F, V, V, F
- [B] V, F, F, F, V
- [C] V, V, V, F, F
- [D] F, F, V, F, V
- [E] F, V, F, V, V

GRUPO TEMÁTICO I

QUESTÃO 21

Em matéria de Ação Penal, é **INCORRETO** afirmar:

- [A] O Supremo Tribunal Federal, no julgamento da Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) N.º 130/DF, julgou pela recepção do art. 44, § 2.º, da Lei N.º 5.250/1967, asseverando que, contra a decisão de rejeição da denúncia por crime de imprensa, é previsto o recurso de apelação.
- [B] Ação de prevenção penal é aquela deflagrada com a finalidade de aplicar exclusivamente ao acusado inimputável, na forma do art. 26 do Código Penal, medida de segurança, na chamada sentença absolutória imprópria.
- [C] Ação penal adesiva é a possibilidade de figurar no polo ativo o Ministério Público e o querelante, nas hipóteses em que houver conexão e continência entre crimes de ação penal pública e ação penal privada.
- [D] Os crimes de injúria qualificada ou injúria real serão objeto de ação penal pública condicionada à representação do ofendido.
- [E] A Súmula N.º 714 do STF afirma que haverá legitimidade concorrente nos crimes contra a honra de funcionário público praticados no exercício de suas funções (*propter officium*), podendo o próprio funcionário público ingressar com a ação penal privada, sem prejuízo da legitimidade conferida ao Ministério Público para oferecer a denúncia condicionada à representação do ofendido.

QUESTÃO 22

Sempronio, hígido mentalmente, com o propósito inequívoco de ofender Mévio, perante terceiros, qualifica-o de “vil, abjeto e burro”. A conduta de Sempronio caracteriza

- [A] Crime de calúnia.
- [B] Crime de injúria.
- [C] Crime de difamação.
- [D] Irrelevante penal.
- [E] Fato atípico.

QUESTÃO 23

No que concerne às propostas preconizadas pelo funcionalismo penal, é **INCORRETO** afirmar:

- [A] O funcionalismo da Escola de Munique, liderada por Claus Roxin, apregoa que a teoria do delito não pode ficar alheia aos postulados político-criminais que norteiam o Direito Penal e descreve a necessidade da penetração da política criminal na dogmática.
- [B] O funcionalismo da Escola de Frankfurt, dirigida por Winfried Hassemer, sustenta a redução do Direito Penal ao que qualifica como *direito penal nuclear*, ficando uma zona intermediária entre este direito e as contravenções, denominada *direito de intervenção*.
- [C] O funcionalismo da Escola de Bonn, encabeçada por Günther Jakobs, está orientado a garantir a identidade normativa. O crime será uma falta de lealdade ao direito e a pena será o recurso necessário para estabilizar o sistema.
- [D] O Direito Penal do Inimigo combate preponderantemente perigos (retrospectivos), enquanto o Direito Penal do Cidadão, segundo o modelo funcionalista de Günther Jakobs, pautado pela prevenção geral negativa, mantém a vigência da norma (prospectivo).
- [E] O objetivo de um sistema penal está em estruturar os elementos fundamentais que integram o conceito de crime. O funcionalismo penal avança um pouco mais e propõe a construção de uma estrutura conceitual que atenda à função do Direito Penal.

QUESTÃO 24

Consoante entendimento do Superior Tribunal de Justiça, analise as assertivas.

- I - Compete à Justiça Estadual processar e julgar o crime de falsa anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social, atribuído à empresa privada.
- II - A utilização de papel-moeda grosseiramente falsificado configura, em tese, o crime de estelionato, da competência da Justiça Estadual.
- III - Compete à Justiça Federal o processo e julgamento dos crimes de falsificação e uso de documento falso relativo a estabelecimento particular de ensino.
- IV - Compete à Justiça Estadual processar e julgar crime de falso testemunho cometido no processo trabalhista.

Está correto o que se afirma em

- [A] I, apenas.
- [B] II e III, apenas.
- [C] IV, apenas.
- [D] I, III e IV, apenas.
- [E] I e II, apenas.

QUESTÃO 25

No que concerne à classificação de crimes, analise as assertivas abaixo.

- I - O crime de rixa é um exemplo de crime de condutas paralelas.
- II - Os crimes de ameaça e desacato são exemplos de crimes não transeuntes.
- III - O infanticídio é um exemplo de crime bipróprio.
- IV - Os crimes de conduta infungível admitem coautoria.

Está correto o que se afirma em

- [A] I e II, apenas.
- [B] II, apenas.
- [C] III, apenas.
- [D] I, III e IV, apenas.
- [E] II, III e IV, apenas.

QUESTÃO 26

Consoante entendimento do Supremo Tribunal Federal, em matéria afeta ao Tribunal do Júri, analise as assertivas abaixo.

- I - O foro por prerrogativa de função, estabelecido exclusivamente em Constituição Estadual, prevalece sobre a competência do Tribunal do Júri.
- II - O efeito devolutivo da apelação contra decisões do júri é adstrito aos fundamentos de sua interposição.
- III - É relativa a nulidade do julgamento pelo júri, quando os quesitos da defesa não precederem aos das circunstâncias agravantes.
- IV - É absoluta a nulidade do julgamento, pelo júri, por falta de quesito obrigatório.

Estão corretas as assertivas

- [A] I, II e III, apenas.
- [B] II e IV, apenas.
- [C] I, III e IV, apenas.
- [D] I e II, apenas.
- [E] II, III e IV.

QUESTÃO 27

Em relação à prova no processo penal, analise as assertivas abaixo.

- I - No ordenamento jurídico em vigor, não remanescem exceções em relação ao sistema do livre convencimento motivado, não se aplicando, em qualquer hipótese, os sistemas da íntima convicção e da prova tarifada.
- II - O Código de Processo Penal adotou, como regra, o livre convencimento do juiz fundamentado na prova produzida sob o crivo do contraditório.
- III - Rege a produção probatória no sistema processual penal brasileiro os seguintes princípios: princípio do contraditório, princípio da comunhão da prova, princípio da oralidade, princípio da autorresponsabilidade das partes e princípio da não autoincriminação.
- IV - Iterativamente, o Superior Tribunal de Justiça vem compreendendo que é possível a utilização de prova emprestada no processo penal, desde que ambas as partes dela tenham ciência e que sobre ela seja possibilitado o exercício do contraditório.

Estão corretas as assertivas

- [A] I, II e IV, apenas.
- [B] I, II e III, apenas.
- [C] I e III, apenas.
- [D] II e IV, apenas.
- [E] II, III e IV, apenas.

QUESTÃO 28

Consoante entendimento do Supremo Tribunal Federal, analise as proposições abaixo.

- I - Não se aplicam à segunda instância o art. 384 e parágrafo único do Código de Processo Penal (*mutatio libelli*), que possibilitam dar nova definição jurídica ao fato delituoso, em virtude de circunstância elementar não contida, explícita ou implicitamente, na denúncia ou queixa.
- II - O recebimento do aditamento à denúncia que acrescenta fato novo é causa interruptiva da prescrição, mas somente em relação a esse fato novo.
- III - A sentença que concede perdão judicial é condenatória, daí porque constitui título executivo judicial.
- IV - A renúncia do réu ao direito de apelação, manifestada sem a assistência do defensor, impede o conhecimento da apelação por este interposta.

Está correto o que se afirma em

- [A] I e IV, apenas.
- [B] I, III e IV, apenas.
- [C] II e III, apenas.
- [D] I, II e III, apenas.
- [E] II e IV, apenas.

QUESTÃO 29

Sobre crimes contra o patrimônio, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- [A] Não existe escusa absolutória para o marido que, na constância do casamento, furta vultuosa importância em dinheiro da carteira da mulher.
- [B] A extorsão é um crime formal, sendo que para sua consumação não é necessário que o agente consiga a vantagem desejada.
- [C] A competência para o processo e julgamento de latrocínio é do Juiz singular e não do Tribunal do Júri.
- [D] Há crime de latrocínio, quando o homicídio se consuma, ainda que não realize o agente a subtração de bens da vítima.
- [E] O pagamento de cheque emitido sem provisão de fundos, após o recebimento da denúncia, não obsta ao prosseguimento da ação penal.

QUESTÃO 30

No que se refere ao tipo penal de constrangimento ilegal, previsto no art. 146 do Código Penal, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- [A] O crime poderá ser perpetrado nas modalidades dolosa e culposa.
- [B] A vontade do autor deve ser ilegítima, pois, sendo legítima, haverá o crime de exercício arbitrário das próprias razões.
- [C] É crime comum, pois, se a conduta for praticada por funcionário público, no exercício de suas funções, há crime de abuso de autoridade.
- [D] Trata-se de crime subsidiário, ou seja, só é punido autonomamente se não constituir elementar, qualificadora ou meio de execução de outro crime.
- [E] Além das penas cominadas, aplicam-se ao autor do crime as correspondentes à violência.

QUESTÃO 31

No que se refere ao tipo penal de homicídio, analise as assertivas abaixo.

- I - É majoritária a posição doutrinária que admite a existência do denominado homicídio híbrido, desde que a circunstância qualificadora tenha caráter subjetivo.
- II - Incidirão as hipóteses de diminuição de pena, do denominado homicídio privilegiado, quando o agente cometer o crime: impelido por motivo de relevante valor social, impelido por motivo de relevante valor moral ou sob a influência de violenta emoção, logo em seguida à injusta provocação da vítima.
- III - O homicídio simples não é crime hediondo, exceto quando praticado em atividade típica de grupo de extermínio, ainda que cometido por um só agente.
- IV - O denominado homicídio privilegiado se constitui em uma causa de diminuição de pena prevista no art. 121, § 1.º do Código Penal. O dispositivo tem caráter subjetivo, razão pela qual, em conformidade com o art. 30 do Código Penal, não se comunica aos autores e partícipes.

Está correto o que se afirma em

- [A] I e IV, apenas.
- [B] I, II e III, apenas.
- [C] III e IV, apenas.
- [D] II e III, apenas.
- [E] I, II e IV, apenas.

QUESTÃO 32

Em relação às prisões cautelares, assinale a afirmativa correta.

- [A] Cuidando-se de crimes hediondos, prática de tortura, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e terrorismo, o prazo de duração será de 15 dias, prorrogável por igual período, em caso de extrema e comprovada necessidade.
- [B] A prisão preventiva é medida de exceção que visa garantir o regular andamento do processo e somente pode ser decretada como garantia da ordem pública e quando imprescindível para apaziguar o clamor público.
- [C] A gravidade abstrata do delito é elemento inerente ao tipo penal e não pode, por si só, servir de fundamento para a decretação da prisão preventiva.
- [D] A prisão temporária é uma modalidade de prisão cautelar, aplicável no inquérito policial e na instrução criminal, quando o indiciado não tiver residência fixa ou não fornecer elementos necessários ao esclarecimento de sua identidade.
- [E] O clamor popular está expresso na legislação vigente como um dos motivos autorizadores da prisão preventiva como garantia da ordem pública.

QUESTÃO 33

Qual o tratamento penal para a conduta de Caio, médico servidor do Sistema Único de Saúde (SUS), que, em prejuízo do paciente Mévio, solicita “custos adicionais” para realizar um exame já homologado por órgão previdenciário?

- [A] Concussão
- [B] Estelionato
- [C] Conduta atípica
- [D] Corrupção passiva
- [E] Irrelevante penal

QUESTÃO 34

A respeito dos recursos e da revisão criminal no processo penal, analise as proposições abaixo.

- I - É admissível a reiteração de pedido revisional, ainda que não fundado em novas provas.
- II - O recurso cabível da decisão de absolvição sumária no processo comum (art. 397 do Código de Processo Penal) é o de apelação.
- III - O pedido de Revisão Criminal pode ser ajuizado pelo cônjuge supérstite no caso de falecimento do condenado.
- IV - O recurso de embargos infringentes é cabível quando não for unânime a decisão de segundo grau.

Estão corretas as proposições

- [A] II e III, apenas.
- [B] I, II e III, apenas.
- [C] II e IV, apenas.
- [D] I, II e IV, apenas.
- [E] I, III e IV, apenas.

QUESTÃO 35

Ocorrido um crime de roubo perpetrado na cidade de Cuiabá-MT contra agência bancária da Caixa Econômica Federal, em que tenha havido a subtração de dinheiro do caixa, a competência para a ação penal é da

- [A] Justiça Estadual.
- [B] Justiça Federal.
- [C] Justiça Federal ou Justiça Estadual, observada a regra de prevenção.
- [D] Justiça Federal ou Justiça Estadual, conforme o inquérito tenha sido conduzido pela Polícia Federal ou pela Polícia Estadual.
- [E] Justiça Federal ou Justiça Estadual, observada a regra de conexão e continência.

QUESTÃO 36

No que concerne ao princípio da insignificância, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- [A] Seu reconhecimento exclui a tipicidade material da conduta.
- [B] Aplica-se quando se mostra ínfima a lesão ao bem jurídico tutelado.
- [C] Somente pode ser invocado em relação a fatos que geraram mínima perturbação social.
- [D] Exige, para seu reconhecimento, que as consequências da conduta tenham sido de pequena relevância.
- [E] Só é admissível em crimes de menor potencial ofensivo.

QUESTÃO 37

Em relação ao concurso de crimes, assinale a afirmativa correta.

- [A] Há concurso formal quando o agente, com mais de uma ação, pratica dois ou mais crimes; já o concurso material ocorre quando há unidade de ação e pluralidade de infrações penais.
- [B] Na hipótese da *aberratio ictus* com unidade complexa, aplica-se a regra do concurso material, pois é este sempre mais benéfico.
- [C] O Código Penal adota para o crime continuado a teoria da unidade real, pela qual os vários delitos constituem um único crime.
- [D] Não poderá a pena fixada em concurso formal exceder a que seria cabível em caso de concurso material.
- [E] No crime continuado, são irrelevantes as condições de tempo, lugar, maneira de execução e outras semelhantes.

QUESTÃO 38

Em matéria de julgamento colegiado em primeiro grau de jurisdição de crimes praticados por organizações criminosas, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- [A] O colegiado será formado pelo juiz do processo e por 2 (dois) outros juízes escolhidos por sorteio eletrônico dentre aqueles de competência criminal em exercício no primeiro grau de jurisdição.
- [B] O juiz poderá decidir pela formação do colegiado para a prática de qualquer ato processual, exceto para a concessão de liberdade condicional.
- [C] As reuniões poderão ser sigilosas sempre que houver risco de que a publicidade resulte em prejuízo à eficácia da decisão judicial.
- [D] As decisões do colegiado, devidamente fundamentadas e firmadas, sem exceção, por todos os seus integrantes, serão publicadas sem qualquer referência a voto divergente de qualquer membro.
- [E] Os tribunais, no âmbito de suas competências, expedirão normas regulamentando a composição do colegiado e os procedimentos a serem adotados para o seu funcionamento.

QUESTÃO 39

Em tema de culpabilidade, assinale a assertiva **INCORRETA**.

- [A] O sistema clássico conceitua a culpabilidade como o vínculo psicológico que une o autor ao fato.
- [B] Para o sistema funcionalista, a noção de culpabilidade deve ser expandida para uma ideia de responsabilidade.
- [C] A controvertida teoria da coculpabilidade é reconhecida no ordenamento posto como atenuante genérica em favor do réu.
- [D] São causas de inexigibilidade de conduta diversa: a coação moral irresistível e a obediência hierárquica.
- [E] Quanto à imputabilidade penal, o Código Penal Brasileiro adotou o sistema do duplo binário para o agente imputável.

QUESTÃO 40

Considerando os crimes perpetrados com violência doméstica e familiar contra a mulher, observados os termos da Lei N.º 11.340/2006, analise as assertivas abaixo.

- I - Em relação ao crime de lesão corporal dolosa de natureza leve, o Supremo Tribunal Federal, ao julgar a ADI 4.424, decidiu que, em tal espécie de delito, a ação é incondicionada.
- II - A representação é condição de procedibilidade em alguns crimes cometidos com violência doméstica ou familiar contra a mulher, tais como ameaça, perigo de contágio venéreo, estupro contra vítima maior de idade.
- III - A vedação do art. 41 da Lei N.º 11.340/2006, que impede a proposta de transação penal e veda a suspensão condicional do processo, no âmbito dos crimes com violência doméstica e familiar, foi declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal.
- IV - De acordo com o art. 17 da denominada Lei Maria da Penha, o Juiz, ao proferir sentença nos crimes abrangidos pela lei, poderá substituir a pena privativa de liberdade pela entrega de cestas básicas ou outras prestações pecuniárias.

Está correto o que se afirma em

- [A] I, II e III, apenas.
- [B] I, II e IV, apenas
- [C] I e II, apenas.
- [D] II e III, apenas.
- [E] I, III e IV, apenas.

GRUPO TEMÁTICO II

QUESTÃO 41

Considerando o disposto na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (Decreto-Lei N.º 4.657/1942) acerca da aplicação espacial de normas, analise as assertivas.

- I - Para qualificar e reger as obrigações, aplicar-se-á a lei do país em que se constituírem, reputando-se constituída no lugar em que residir o proponente.
- II - Em questões sobre a qualificação e regulação das relações concernentes a bens, deve ser aplicada a lei do país do domicílio do proprietário.
- III - A lei do país em que for domiciliada a pessoa determina as regras sobre o começo e o fim da personalidade, o nome, a capacidade e os direitos da família.
- IV - A lei do domicílio do *de cuius* regula a capacidade para suceder do herdeiro ou legatário.
- V - Tendo os nubentes domicílio diverso, regerá os casos de invalidade do matrimônio a lei do primeiro domicílio conjugal.

Estão corretas as assertivas

- [A] I, II e III.
- [B] II, III e IV.
- [C] I, III e V.
- [D] I, IV e V.
- [E] II, IV e V.

QUESTÃO 42

Sobre os preceitos constantes no Código Civil a respeito da prescrição e da decadência, analise as assertivas.

- I - Simples protesto cambiário não interrompe a prescrição.
- II - Enquanto a prescrição admite renúncia, admitindo-se sua caracterização tácita desde que consumada e não haja prejuízo a terceiro, a decadência, prevista em lei, é irrenunciável.
- III - Embora haja previsão legal de que a prescrição possa ser alegada em qualquer grau de jurisdição, pela parte a quem aproveita, para que a parte possa alegar a prescrição nos tribunais superiores (STF e STJ), a matéria deve ter sido requestionada nas instâncias ordinárias.
- IV - Os prazos de decadência não podem ser alterados pelas partes, enquanto os prazos de prescrição podem ser alterados pelas partes.
- V - Suspensa a prescrição em favor de um dos credores solidários, só aproveita aos outros se a obrigação for divisível.

Estão corretas as assertivas

- [A] I, II e IV, apenas.
- [B] III e IV, apenas.
- [C] I, III e V, apenas.
- [D] II e III, apenas.
- [E] IV e V, apenas.

QUESTÃO 43

Em relação ao que dispõe a Lei de Investigação de Paternidade (Lei N.º 8.650/1992), é correto afirmar:

- [A] É possível legitimar e reconhecer filho na ata de casamento.
- [B] O filho maior pode ser reconhecido sem o seu consentimento, porque não somente os filhos têm o direito ao reconhecimento pelos pais, mas também os pais têm o direito indisponível de reconhecer os filhos.
- [C] É vedada a averbação no termo de nascimento do filho de alteração do patronímico materno em decorrência do casamento.
- [D] Desde que o filho autorize, é possível que no registro de seu nascimento se faça referência ao lugar e cartório do casamento dos pais e ao estado civil destes.
- [E] O filho maior não pode ser reconhecido sem seu consentimento.

QUESTÃO 44

Com referência ao que dispõe o Estatuto do Idoso, analise as assertivas.

- I - O Ministério Público não pode atuar como substituto processual do idoso em situação de risco.
- II - Ao membro do Ministério Público competirá intervir nas ações de alimentos que discutam o direito de idosos, em situação de risco, se as circunstâncias assim o justificarem.
- III - Observada a relação legal, incumbe ao parente mais próximo optar pelo tratamento de saúde a ser ministrado ao idoso.
- IV - O Ministério Público é parte legítima para propor ação civil pública com o objetivo de tutelar direitos individuais indisponíveis, como o de recebimento de medicamento de uso contínuo por pessoa idosa.
- V - As transações relativas a alimentos a serem prestados aos idosos poderão ser celebradas perante o Promotor de Justiça ou Defensor Público, que as referendará, e passarão a ter efeito de título executivo extrajudicial nos termos da lei processual civil.
- VI - Os alimentos serão prestados ao idoso na forma da lei civil, constituindo o dever de prestar alimentos aos idosos obrigação solidária, cabendo à lei determinar quem, entre os devedores, deverá prestar os alimentos.

Estão corretas as assertivas

- [A] II, IV e V.
- [B] I, II e VI.
- [C] II, III e V.
- [D] I, IV e VI.
- [E] III, V e VI.

QUESTÃO 45

Sobre os preceitos constantes no Código Civil a respeito da responsabilidade civil indireta, analise as assertivas.

- I - Aquele que ressarcir o dano causado por outrem pode reaver o que houver pago daquele por quem pagou, salvo se o causador do dano for descendente seu.
- II - De acordo com o artigo 933 do Código Civil, todas as modalidades de responsabilidade indireta previstas no artigo 932 do Código Civil são objetivas, não mais se analisando culpa para efeito de responsabilidade, ainda que sob a forma de presunção.
- III - As pessoas consideradas responsáveis por ato de terceiro, enumeradas no artigo 932 do Código Civil, possuem responsabilidade subsidiária de acordo com o parágrafo único do artigo 942 do Código Civil.
- IV - São também responsáveis pela reparação civil o empregador ou comitente, por seus empregados, serviçais e prepostos, no exercício do trabalho que lhes competir, ou em razão dele.
- V - O Código Civil consagrou a plena responsabilidade jurídica do incapaz desde que os seus responsáveis não tenham a obrigação de indenizar ou não dispuserem de meios suficientes para tanto, registrando-se que a indenização devida pelo incapaz, que deverá ser equitativa, não terá lugar se privar do necessário o incapaz, ou as pessoas que dele dependam.

Estão corretas as assertivas

- [A] I, III e IV.
- [B] II, IV e V.
- [C] I, II e V.
- [D] I, III e V.
- [E] II, III e IV.

QUESTÃO 46

Em relação aos Alimentos Gravídicos (Lei N.º 11.804/2008), analise as proposições.

- I - Convencido da existência de indícios da paternidade, o juiz fixará alimentos gravídicos que perdurarão até o nascimento da criança, sopesando as necessidades da parte autora e as possibilidades da parte ré.
- II - O nascimento da criança extingue o direito aos alimentos gravídicos e, por conseguinte, a respectiva ação, sob o fundamento da perda superveniente do objeto, devendo ser proposta ação de alimentos para que o recém-nascido continue recebendo alimentos uma vez que os alimentos gravídicos não se convertem automaticamente em pensão alimentícia.
- III - O réu será citado para apresentar resposta em 10 (dez) dias.

Está correto o que se afirma em

- [A] I, II e III.
- [B] I, apenas.
- [C] II, apenas.
- [D] I e III, apenas.
- [E] II e III, apenas.

QUESTÃO 47

Com lastro no Estatuto da Cidade (Lei N.º 10.257/2001), analise as afirmativas sobre usucapião especial de imóvel urbano.

- I - Na pendência da ação de usucapião especial urbano, ficarão sobrestadas quaisquer outras ações, petitórias ou possessórias, que venham a ser propostas relativamente ao imóvel usucapiendo.
- II - As áreas urbanas com mais de duzentos e cinquenta metros quadrados, ocupadas por população de baixa renda para sua moradia, por no mínimo dez anos, ininterruptamente e sem oposição, onde não for possível identificar os terrenos ocupados por cada possuidor, são suscetíveis de serem usucapidas coletivamente, desde que os possuidores não sejam proprietários de outro imóvel urbano ou rural.
- III - Na ação judicial de usucapião especial de imóvel urbano, o rito processual a ser observado é o sumário.
- IV - O usucapião especial de imóvel urbano não poderá ser invocado como matéria de defesa, devendo os legitimados ajuizar a ação de usucapião especial urbano para obter o título correspondente para o registro no cartório de registro de imóveis.
- V - Na ação de usucapião especial urbano, é obrigatória a intervenção do Ministério Público.

Estão corretas as afirmativas

- [A] II, III e V.
- [B] II, III e IV.
- [C] I, III e V.
- [D] I, II e IV.
- [E] I, IV e V.

QUESTÃO 48

Sobre os preceitos constantes no Código Civil a respeito do Direito das Sucessões, analise as assertivas.

- I - A sucessão abre-se no lugar do último domicílio do falecido.
- II - Não se pode aceitar a herança em parte, sob condição ou a termo.
- III - São válidas as disposições testamentárias de caráter não patrimonial, ainda que o testador somente a elas se tenha limitado.
- IV - Os atos de aceitação ou de renúncia da herança são revogáveis.

Está correto o que se afirma em

- [A] I, II e III, apenas.
- [B] I, III e IV, apenas.
- [C] II, III e IV, apenas.
- [D] II e III, apenas.
- [E] I e IV, apenas.

QUESTÃO 49

Analise as assertivas considerando os preceitos constantes no Código Civil sobre o Direito de Família.

- I - São parentes em linha reta, até o quarto grau, as pessoas provenientes de um só tronco, sem descenderem uma da outra.
- II - São parentes em linha colateral ou transversal as pessoas que estão umas para com as outras na relação de ascendentes e descendentes.
- III - Cada cônjuge ou companheiro é aliado aos parentes do outro pelo vínculo da afinidade.
- IV - Na linha reta, a afinidade não se extingue com a dissolução do casamento ou da união estável.
- V - O parentesco por afinidade limita-se aos ascendentes, aos descendentes e aos irmãos do cônjuge ou companheiro.

Estão corretas as assertivas

- [A] I e III, apenas.
- [B] II e IV, apenas.
- [C] III e V, apenas.
- [D] III, IV e V, apenas.
- [E] I, II e V, apenas.

QUESTÃO 50

Sobre os preceitos constantes no Código Civil a respeito Dos Vícios Redibitórios, analise as assertivas.

- I - A coisa recebida em virtude de contrato comutativo ou doação onerosa pode ser enjeitada por vícios ou defeitos ocultos, que a tornem imprópria ao uso a que é destinada, ou lhe diminuam o valor.
- II - Se o alienante conhecia o vício ou defeito da coisa, restituirá somente o valor recebido pelo negócio e as despesas do contrato.
- III - A responsabilidade do alienante subsiste ainda que a coisa pereça em poder do alienatário, se perecer por vício oculto, já existente ao tempo da tradição.
- IV - O prazo decadencial para o ajuizamento da ação redibitória ou da ação *quantum minoris* é de quinze dias, no caso de bens móveis, e de um ano, no caso de bens imóveis, contado da entrega efetiva.

Estão corretas as assertivas

- [A] I e II, apenas.
- [B] I, III e IV, apenas.
- [C] II, III e IV, apenas.
- [D] II e IV, apenas.
- [E] I e III, apenas.

QUESTÃO 51

Levando em conta a legislação processual civil brasileira, analise as afirmativas.

- I - Genericamente, o princípio do devido processo legal caracteriza-se pelo trinômio vida-liberdade-propriedade, vale dizer, tem-se o direito de tutela àqueles bens da vida em seu sentido mais amplo e genérico.
- II - O princípio da isonomia determina o tratamento igualitário das partes, significa tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais na exata medida de suas desigualdades.
- III - O princípio do juiz natural tem grande importância na garantia do estado de direito, bem como na manutenção dos preceitos básicos de imparcialidade do juiz na aplicação da atividade jurisdicional.
- IV - O princípio do direito de ação determina que, além do direito ao processo justo, todos tenham o direito à tutela jurisdicional adequada. No entanto, abrange somente os direitos individuais levados ao conhecimento do judiciário, não tendo aplicação aos direitos coletivos.

Estão corretas as afirmativas

- [A] I, II e III, apenas.
- [B] I e II, apenas.
- [C] I, III e IV, apenas.
- [D] II, III e IV, apenas.
- [E] II e IV, apenas.

QUESTÃO 52

Quando o Código de Processo Civil entrou em vigor, a execução implicava sempre um processo autônomo. No entanto, com as constantes atualizações da legislação processual civil, a execução passou a ser considerada somente uma fase de um processo maior, apelidado de “sincrético”.

Nesse contexto, é **INCORRETO** afirmar:

- [A] A execução de título judicial agora é considerada “fase do cumprimento da sentença”.
- [B] A execução de título extrajudicial continua regulada no Livro II, do Código de Processo Civil.
- [C] Passou a existir um só processo, desde a petição inicial, na fase cognitiva, até a satisfação do credor, na fase executiva.
- [D] Finalizada a fase cognitiva do processo, a fase executiva tem início com a apresentação de petição do credor, que, se estiver em ordem, o juiz determinará a citação do devedor para que apresente defesa.
- [E] Se a execução não for requerida pelo credor no prazo de 06 (seis) meses, o juiz determinará a remessa dos autos para o arquivo.

QUESTÃO 53

A competência para conhecer e julgar as ações coletivas é determinada pelo artigo 93 do Código de Defesa do Consumidor. Com fundamento nesse artigo, é correto afirmar:

- [A] Quando houver interesse da união, mas o dano ou ameaça de dano ocorrer em local que não for sede de vara da Justiça federal, a competência deve ser deslocada para a Justiça estadual.
- [B] A competência para ação civil pública de repercussão nacional é exclusiva do foro do Distrito Federal.
- [C] As cláusulas de eleição de foro em contratos de consumo obrigam o ente legitimado para a ação coletiva a propor a medida judicial no foro de eleição.
- [D] É vedado o litisconsórcio entre Ministério Público Federal e Ministério Público Estadual quando o litígio for perante a Justiça federal.
- [E] Quando houver interesse de autarquia da União ou empresa pública federal, a competência será da Justiça federal.

QUESTÃO 54

Segundo José Afonso da Silva, “o objeto da ação popular foi ampliado, em nível constitucional à proteção da moralidade administrativa, do meio ambiente e do patrimônio histórico e cultural. Esse último já estava contemplado na lei que regula o processo popular”. Essa ampliação resulta na aplicação expressa de vários princípios constitucionais ao processo popular. Levando em consideração a princiologia constitucional, numere a coluna da direita de acordo com a da esquerda.

- | | | |
|---------------------|-----|---|
| 1 - Eficiência | () | Possibilita o controle social sobre a atividade estatal via direito de ação. |
| 2 - Economicidade | () | A ação popular não pode ser extinta, pura e simplesmente, pela inação do autor popular. |
| 3 - Obrigatoriedade | () | O agente público deve buscar o <i>ponto ótimo</i> na escolha e execução da despesa. |
| 4 - Juridicidade | () | Além de legais, as despesas devem ser razoáveis financeiramente. |

Marque a sequência correta.

- [A] 3, 2, 4, 1
- [B] 4, 3, 1, 2
- [C] 4, 3, 2, 1
- [D] 2, 1, 3, 4
- [E] 2, 4, 1, 3

QUESTÃO 55

Considerando a legislação processual coletiva vigente, analise as assertivas a seguir.

- I - A execução individual de título executivo coletivo, no caso de relação de consumo, só poderá ser proposta no foro do lugar em que se realizou a liquidação de sentença.
- II - A preservação da coisa julgada impede que a legitimação ativa para interpor ação coletiva, que foi reconhecida na fase de conhecimento, seja alterada na fase de execução em virtude de reforma legislativa.
- III - A comprovação da existência e extensão dos direitos individuais homogêneos se dá na execução da sentença.
- IV - O sindicato é parte legítima para executar sentença coletiva em favor de seus filiados.

Estão corretas as assertivas

- [A] I, II e IV, apenas.
- [B] II e III, apenas.
- [C] II, III e IV, apenas.
- [D] I e III, apenas.
- [E] II e IV, apenas.

QUESTÃO 56

Levando em consideração as normas processuais vigentes, sobre mitigações à eficácia da revelia, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () A confissão ficta é efeito necessário da revelia.
- () Revelia não implica necessariamente vitória do autor.
- () Mesmo as objeções não podem ser apreciadas de ofício em qualquer momento processual ou grau de julgamento.
- () Mesmo diante da revelia, o autor não poderá alterar o pedido ou a causa de pedir, nem demandar declaração incidente, salvo promovendo nova citação do réu.
- () Somente ao réu revel que não tenha patrono nos autos se aplica o efeito da revelia de dispensa da intimação dos demais atos do processo.

Assinale a sequência correta.

- [A] F, V, F, F, V
- [B] F, F, V, V, F
- [C] F, V, F, V, V
- [D] V, F, V, F, F
- [E] V, F, F, V, V

QUESTÃO 57

A respeito de legitimação e substituição processual, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () Mesmo com a ocorrência de substituição processual, em caso de improcedência dos pedidos do autor substituído, este arcará com o ônus da sucumbência.
- () A lei pode outorgar legitimidade (condição da ação) para quem não integra qualquer dos polos subjetivos do objeto litigioso.
- () A substituição processual constitui espécie de legitimação extraordinária.
- () A substituição processual não altera a extensão da coisa julgada, pois não vincula o substituto.
- () A personalidade processual é atributo de todos, de pessoas naturais e jurídicas, bem como de entes despersonalizados.

Assinale a sequência correta.

- [A] F, V, F, V, V
- [B] F, V, V, F, V
- [C] F, F, V, V, F
- [D] V, F, F, V, F
- [E] V, F, V, F, V

QUESTÃO 58

Em relação a embargos, assinale a afirmativa correta.

- [A] Considerando que os embargos de declaração não remetem o conhecimento do ponto controvertido para um tribunal superior, eles não podem ser considerados recurso.
- [B] São cabíveis embargos de declaração quando a sentença ou acórdão padecer de obscuridade, contradição, omissão ou dúvida.
- [C] Os embargos de declaração são incabíveis contra decisão interlocutória quando objetivam a supressão de omissão.
- [D] A interposição de embargos de declaração suspende o prazo para a interposição de outros recursos cabíveis contra a mesma decisão (artigo 538, do Código de Processo Civil).
- [E] Os embargos devem ser apreciados pelo mesmo órgão prolator da decisão embargada, razão pela qual possuem a mesma natureza jurídica da decisão embargada.

QUESTÃO 59

Acerca das provas no processo civil, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- [A] As regras de distribuição do ônus da prova são regras de julgamento.
- [B] Ônus é o encargo atribuído à parte e jamais uma obrigação.
- [C] Quando a prova de um fato é extremamente difícil, perto do impossível, ela é chamada pela doutrina de “*prova diabólica*”.
- [D] O artigo 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor, autoriza a inversão do ônus da prova sempre que o consumidor estiver no polo passivo da demanda.
- [E] Prova emprestada consiste no transporte de produção probatória de um processo para outro.

QUESTÃO 60

Sobre tutela cautelar e antecipatória, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () Com o instituto da tutela antecipada, o Brasil segue tendência de precipitar no tempo a satisfação da pretensão em atendimento ao princípio do devido processo legal.
- () O perigo de irreversibilidade previsto no artigo 273, §2º, do Código de Processo Civil, é taxativo, proibindo a concessão de antecipação de tutela tanto quando a irreversibilidade for de fato, quanto de direito.
- () É incabível a antecipação de tutela quando couber o julgamento antecipado da lide ou diante de pedido incontroverso.
- () É incabível a concessão de tutela antecipada sem a audiência da parte contrária, posto ser imprescindível a bilateralidade da audiência.
- () Enquanto a medida cautelar é sempre provisória (necessária ou intrinsecamente provisória), a tutela antecipatória pode resultar em definitiva.

Assinale a sequência correta.

- [A] V, F, F, F, V
- [B] F, F, V, V, V
- [C] F, V, F, V, F
- [D] V, F, V, F, F
- [E] V, F, V, F, V

GRUPO TEMÁTICO III

QUESTÃO 61

Quanto à Ação Direta de Inconstitucionalidade e à Ação Declaratória de Constitucionalidade, analise as proposições.

- I - Não sendo alcançada a maioria necessária para a declaração de constitucionalidade ou de inconstitucionalidade, caso a ausência de ministros à votação possa influenciar no resultado do julgamento, este será suspenso até o comparecimento dos ausentes, atingindo-se o quórum necessário.
- II - O Supremo Tribunal Federal pode, desde que por maioria de 2/3 de seus membros, “modular” os efeitos da sua decisão, restringindo-os, dando-lhes efeitos *ex nunc*, ou ainda, outras formas de restrição temporal, tomando em conta a segurança jurídica ou excepcional interesse social.
- III - A legitimação para a propositura de Ação Declaratória de Constitucionalidade será exclusivamente a seguinte: I- Presidente da República; II- A mesa do Senado Federal; III- A mesa da Câmara dos Deputados; IV- O Procurador Geral da República.
- IV - O *amicus curiae*, os peritos e especialistas poderão ser ouvidos a critério do relator, considerada a relevância da matéria no primeiro caso e a necessidade de esclarecimento dos fatos nos demais, sem que isso constitua intervenção de terceiros no processo.

Estão corretas as proposições

- [A] I e II, apenas.
- [B] I, II e III, apenas.
- [C] I e IV, apenas.
- [D] I, II e IV, apenas.
- [E] II, III e IV, apenas.

QUESTÃO 62

Sobre o direito de reunião, é correto afirmar:

- [A] Pressupõe o caráter de oficialidade, devendo ser a reunião assentada em ata.
- [B] Não poderá a reunião ser realizada em locais públicos, sem a devida autorização.
- [C] Poderá ser garantida mediante a propositura do *Habeas Corpus*.
- [D] É uma das ‘cláusulas pétreas’ da Constituição Federal brasileira de 1988.
- [E] Caso ocorra em locais públicos, a reunião de pessoas portando armas exigirá prévia apresentação do registro e porte, perante as autoridades.

QUESTÃO 63

Impossibilidade de prisão, salvo em flagrante delito de crime inafiançável; liberdade de opinião no exercício parlamentar; voto livre sem interferência dos demais poderes; e foro privilegiado perante o Supremo Tribunal Federal são espécies de imunidade Parlamentar dos Deputados e Senadores classificadas, respectivamente, como:

- [A] Material, material, formal e formal.
- [B] Formal, formal, material e formal.
- [C] Material, material, material e formal.
- [D] Formal, formal, formal e material.
- [E] Formal, material, material e formal.

QUESTÃO 64

Relativamente às matérias de competência legislativa privativa da União, expressas no art. 22 da Constituição Federal brasileira, assinale a afirmativa correta.

- [A] A União exercerá suas competências sem a possibilidade de delegação.
- [B] A União poderá autorizar mediante lei complementar que Estados Membros e Municípios legissem sobre matéria específica.
- [C] A União poderá autorizar mediante lei complementar que os Estados Membros legissem sobre matéria específica.
- [D] A União poderá autorizar mediante lei ordinária que os Estados Membros legissem sobre matéria específica.
- [E] A União poderá autorizar mediante lei ordinária que os Estados Membros e Municípios legissem sobre matéria específica.

QUESTÃO 65

Em relação ao processo legislativo brasileiro, analise as afirmativas.

- I - As leis delegadas serão elaboradas pelo Presidente da República mediante resolução do Congresso Nacional, autorizando-o a legislar sobre matérias específicas e delimitando os termos de seu exercício.
- II - As leis complementares terão caráter residual e não expresse, sendo necessário quórum de maioria absoluta para a sua aprovação.
- III - A iniciativa privativa do Presidente da República para as leis ordinárias e leis complementares não pode ser delegada a outros legitimados.
- IV - O Regime de urgência pode ser requerido por 1/3 dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal e impõe um rito sumário ao processo legislativo.

Está correto o que se afirma em

- [A] I e III, apenas.
- [B] II, apenas.
- [C] III, apenas.
- [D] I e IV, apenas.
- [E] I, II e IV, apenas.

QUESTÃO 66

Quanto à nacionalidade brasileira, analise as afirmativas.

- I - Originária corresponde no Brasil ao brasileiro nato, e estabelece alguns privilégios previstos na Constituição, por exemplo, exclusividade para disputar o cargo de Presidente da República.
- II - Secundária corresponde ao brasileiro naturalizado, que só será extraditado em caso de crime cometido anteriormente à naturalização ou por tráfico de drogas.
- III - Os portugueses residentes há mais de 1 ano no Brasil e sem condenação penal podem se naturalizar.
- IV - Os filhos de pai brasileiro ou de mãe brasileira, nascidos no exterior e que venham a qualquer tempo residir no Brasil, podem requerer a nacionalidade secundária.

Estão corretas as afirmativas

- [A] I e III.
- [B] I e II.
- [C] II e III.
- [D] I e IV.
- [E] II e IV.

QUESTÃO 67

De acordo com a atual jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, os Tratados Internacionais de Direitos Humanos, dos quais o Brasil tenha sido signatário, internalizados antes da Emenda Constitucional N.º 45,

- [A] ingressam como normas constitucionais de acordo com o art. 5º, parágrafo 2º da Constituição Federal brasileira.
- [B] ingressam como leis ordinárias de acordo com a regra de internalização dos tratados internacionais prevista na Constituição Federal brasileira.
- [C] precisam ser ratificados pelo Congresso Nacional por 3/5 dos seus membros em dois turnos de votação para terem status constitucional.
- [D] possuem caráter supralegal, ou seja, nível hierárquico superior às leis, mas abaixo da Constituição Federal brasileira.
- [E] são apenas horizontes interpretativos, visto que o que prevalece no Brasil é seu direito interno.

QUESTÃO 68

Sobre processo por crimes de responsabilidade do Presidente da República, analise as assertivas abaixo.

- I - Entre os atos do Presidente da República que configuram crime de responsabilidade, estão: aqueles que atentam contra o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais e contra a probidade na administração.
- II - Também conhecido como *impeachment*, o processo por crime de responsabilidade dar-se-á no Senado Federal, após a admissibilidade da Câmara dos Deputados aprovada por 2/3 de seus membros.
- III - Uma vez aprovada a admissibilidade do processo por crime de responsabilidade na Câmara dos Deputados, imediatamente o Presidente da República ficará suspenso de suas funções pelo prazo máximo de 180 dias.
- IV - A renúncia ao cargo de Presidente da República, uma vez iniciado o processo por crime de responsabilidade no Senado Federal, não paralisa o processo.

Estão corretas as assertivas

- [A] I, II, III e IV.
- [B] II, III e IV, apenas.
- [C] I, II e IV, apenas.
- [D] II e IV, apenas.
- [E] I e III, apenas.

QUESTÃO 69

Quanto às inelegibilidades no sistema eleitoral brasileiro, analise as assertivas a seguir, considerando que atinjam cidadãos que não sejam detentores de mandato eletivo ainda.

- I - É caso de inelegibilidade reflexa absoluta a que impede candidatura de cônjuges e parentes consanguíneos até o segundo grau ou por adoção na jurisdição do titular de chefia do Executivo que não renunciarem em até seis meses antes da eleição.
- II - É caso de inelegibilidade reflexa relativa a que impede candidatura de cônjuges e parentes consanguíneos até o segundo grau ou por adoção na jurisdição do titular de chefia do Executivo que não renunciarem em até seis meses antes da eleição.
- III - A inelegibilidade que impede a candidatura de cônjuges na jurisdição do titular de chefia do Executivo que não renunciarem em até seis meses antes da eleição atinge também as uniões estáveis hetero ou homoafetivas.
- IV - A inelegibilidade que impede a candidatura de cônjuges e parentes consanguíneos até o segundo grau ou por adoção na jurisdição do titular de chefia do Executivo não se aplica à sucessão dos titulares após o segundo mandato, desde que renunciem seis meses antes da eleição.

Estão corretas as assertivas

- [A] I e IV, apenas.
- [B] I, II, III e IV.
- [C] II e III, apenas.
- [D] I e II, apenas.
- [E] II, III e IV, apenas.

QUESTÃO 70

Sobre os Tribunais Regionais Eleitorais, é correto afirmar:

- [A] Compõem-se de 2 Desembargadores do Tribunal de Justiça Estadual, 2 Desembargadores Federais, 1 Juiz Estadual e 2 Advogados; o Procurador Geral Eleitoral deve ser Promotor de Justiça Estadual.
- [B] Compõem-se de 2 Desembargadores Federais, 2 Juízes Estaduais, 2 Juízes Federais e 1 Advogado; o Procurador Geral Eleitoral deve ser Procurador da República.
- [C] Compõem-se de 2 Desembargadores do Tribunal de Justiça Estadual, 2 Juízes Estaduais, 1 Juiz Federal e 2 Advogados; o Procurador Geral Eleitoral deve ser Procurador de Justiça Estadual.
- [D] Compõem-se de 2 Desembargadores do Tribunal de Justiça Estadual, 2 Juízes Estaduais, 1 Juiz Federal e 2 Advogados; o Procurador Geral Eleitoral deve ser o Procurador Geral de Justiça.
- [E] Compõem-se de 2 Desembargadores do Tribunal de Justiça Estadual, 2 Juízes Estaduais, 1 Juiz Federal e 2 Advogados; o Procurador Geral Eleitoral deve ser Procurador da República.

QUESTÃO 71

De acordo com o art. 4º da Constituição Federal brasileira, é princípio que rege o Brasil nas relações internacionais:

- [A] O da democracia.
- [B] O da concessão de asilo político.
- [C] O pluralismo político.
- [D] A cidadania.
- [E] O da integridade nacional.

QUESTÃO 72

Quanto aos partidos políticos, analise as proposições abaixo.

- I - O TSE considera como justa causa para a desfiliação partidária sem perda do mandato a mudança substancial ou desvio reiterado do programa partidário.
- II - O partido político deve ter caráter nacional, considerando-se como tal aquele que comprove o apoio de eleitores correspondente a, pelo menos, meio por cento dos votos dados na última eleição geral para a Câmara dos Deputados, não computados os votos em branco e os nulos, distribuídos por um terço, ou mais, dos Estados, com um mínimo de um décimo por cento do eleitorado que haja votado em cada um deles.
- III - São legitimados para a propositura de Ação Direta de Inconstitucionalidade, Ação Declaratória de Constitucionalidade, Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental e Mandado de Segurança Coletivo, desde que possuam ao menos um representante no Congresso Nacional.
- IV - Podem propor Mandado de Segurança para evitar prosseguimento de tramitação de projeto de lei com vício material de inconstitucionalidade em qualquer das casas legislativas do Congresso Nacional, como forma de controle preventivo de constitucionalidade.

Estão corretas as proposições

- [A] I e III, apenas.
- [B] II e III, apenas.
- [C] II, III e IV, apenas.
- [D] II e IV, apenas.
- [E] I, II e III, apenas.

QUESTÃO 73

Em relação aos atos administrativos, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () A Teoria dos Motivos Determinantes aplica-se à exoneração *ad nutum*, desde que a Administração Pública declare o motivo do ato administrativo.
- () Nos casos de desapropriação, a tredestinação lícita (Código Civil, art. 519) é exemplo de exceção ao impedimento de alteração do motivo do ato administrativo, desde que mantidas razões de interesse público.
- () No julgamento de legalidade de ato administrativo de concessão inicial de aposentadoria, fica afastada a necessidade de observância dos institutos do contraditório e da ampla defesa pelo Tribunal de Contas da União.
- () É possível o controle judicial da discricionariedade administrativa, respeitados os limites que são assegurados pela lei à atuação da Administração Pública.
- () O ato de polícia é, em princípio, discricionário, mas passará a ser vinculado se a norma legal que o rege estabelecer o modo e a forma de sua realização.

Assinale a sequência correta.

- [A] V, V, V, V, V
- [B] V, V, F, F, F
- [C] V, F, F, F, V
- [D] F, F, V, V, F
- [E] F, F, V, F, V

QUESTÃO 74

Para a correta interpretação e aplicação da Lei de acesso à informação (Lei Federal N.º 12.527/2011), seu artigo 4º define os principais conceitos utilizados por ela. Apresentam-se abaixo cinco assertivas contendo, cada uma, uma lacuna relativa a esses conceitos.

- I - Dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato: _____.
- II - Unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato: _____.
- III - Qualidade da informação que tenha sido produzida, expedida, recebida ou modificada por determinado indivíduo, equipamento ou sistema: _____.
- IV - Qualidade da informação não modificada, inclusive quanto à origem, trânsito e destino: _____.
- V - Qualidade da informação coletada na fonte, com o máximo de detalhamento possível, sem modificações: _____.

Assinale a sequência que preenche correta e respectivamente as lacunas das assertivas numeradas de I a V.

- [A] informação, documento, autenticidade, integridade, primariedade.
- [B] documento, informação, primariedade, autenticidade, integridade.
- [C] informação, documento, integridade, primariedade, autenticidade.
- [D] documento, informação, autenticidade, integridade, primariedade.
- [E] documento, informação, integridade, primariedade, autenticidade.

QUESTÃO 75

Levando em conta a Lei de improbidade administrativa (Lei Federal N.º 8.429/1992), analise as assertivas.

- I - Penaliza-se com reclusão ou detenção, dentre outras penalidades elencadas na Lei Federal N.º 8.429/1992, o administrador público que pratica ato de improbidade administrativa.
- II - Prescreve em cinco anos, com termo *a quo* no primeiro dia após a cessação do vínculo, se o ato ímprobo for imputado a agente público no exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança.
- III - Frustrar a licitude de processo licitatório ou dispensá-lo indevidamente constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário.
- IV - Agir negligentemente na arrecadação de tributo ou renda, bem como no que diz respeito à conservação do patrimônio público, constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública.
- V - Perceber vantagem econômica para intermediar a liberação ou aplicação de verba pública de qualquer natureza constitui ato de improbidade administrativa importando enriquecimento ilícito.

Estão corretas as assertivas

- [A] II, IV e V.
- [B] II, III e V.
- [C] I, III e IV.
- [D] I, II e IV.
- [E] I, III e V.

QUESTÃO 76

Levando em consideração as figuras da Administração Pública indireta, numere a coluna da direita de acordo com a da esquerda.

- | | |
|---|--|
| 1 - Agência executiva | () Agência Nacional do Cinema (ANCINE) |
| 2 - Organização social | () Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO) |
| 3 - Agência reguladora | () Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada (IMPA) |
| 4 - Organização da sociedade civil de interesse público | () Instituto Joãozinho Trinta |
| 5 - Fundação pública | () Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) |

Marque a sequência correta.

- [A] 5, 2, 4, 1, 3
- [B] 4, 5, 1, 3, 2
- [C] 3, 1, 5, 2, 4
- [D] 3, 1, 2, 4, 5
- [E] 2, 4, 3, 5, 1

QUESTÃO 77

Sobre os regramentos constitucionais pertinentes à Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, assinale a afirmativa correta.

- [A] Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Executivo não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Judiciário.
- [B] A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.
- [C] Somente por lei complementar poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei específica, neste último caso, definir as áreas de sua atuação.
- [D] A administração da Justiça e seus servidores terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei.
- [E] A lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.

QUESTÃO 78

Considerando as causas de suspensão, exclusão e extinção do crédito tributário, numere a coluna da direita de acordo com a da esquerda.

- | | |
|---------------|------------------|
| 1 - Suspensão | () Parcelamento |
| 2 - Extinção | () Compensação |
| 3 - Exclusão | () Isenção |
| | () Remissão |
| | () Anistia |
| | () Moratória |

Marque a sequência correta.

- [A] 1, 2, 3, 2, 3, 1
- [B] 3, 1, 2, 1, 2, 3
- [C] 2, 3, 1, 3, 1, 2
- [D] 1, 2, 3, 1, 2, 3
- [E] 3, 1, 2, 3, 1, 2

QUESTÃO 79

Diversos pontos da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF (Lei Complementar N.º 101/2000) enfatizam a ação planejada e transparente na administração pública. Essa transparência será alcançada através do conhecimento e da participação da sociedade, assim como na ampla publicidade que deve cercar todos os atos e fatos ligados à arrecadação de receitas e à realização de despesas pelo poder público. Para esse fim, diversos mecanismos foram instituídos pela LRF, dentre os quais **NÃO** se pode citar:

- [A] Adoção de sistema integrado de administração financeira e controle, que atenda a padrão mínimo de qualidade estabelecido pelo Poder Executivo da União e ao disposto na LRF.
- [B] Versões simplificadas do Relatório Resumido da Execução Orçamentária e do Relatório de Gestão Fiscal, igualmente de acesso público e ampla divulgação.
- [C] Liberação para o conhecimento e acompanhamento da sociedade de informações resumidas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público, até o último dia útil do mês subsequente ao da realização dos gastos públicos.
- [D] Planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias, bem como as prestações de contas e o respectivo parecer prévio.
- [E] Incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos.

QUESTÃO 80

Levando em conta a legislação tributária, analise as assertivas.

- I - A interpretação lógico-sistemática remete o aplicador da norma regulamentar tributária (decreto ou instrução normativa) à lei tributária e ao sistema constitucional tributário.
- II - Levando-se em consideração a jurisprudência do STF acerca da hierarquia das normas internacionais, os tratados internacionais em matéria tributária não podem dispor sobre normas gerais de Direito Tributário.
- III - Na ausência de disposição expressa, a autoridade competente para aplicar a legislação tributária utilizará sucessivamente, na ordem indicada: a analogia, os princípios gerais de direito público, os princípios gerais de direito tributário e a equidade.
- IV - De acordo com a Constituição Federal de 1988, a função tríplice da Lei Complementar em Direito Tributário é dispor sobre conflitos de competência tributária entre os entes políticos, regular as limitações constitucionais ao poder de tributar e estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária.
- V - A interpretação benigna deve ser utilizada sempre que houver dúvidas sobre a interpretação da legislação tributária.

Estão corretas as assertivas

- [A] II, IV e V.
- [B] I, II e IV.
- [C] I, III e IV.
- [D] II, III e V.
- [E] I, III e V.

GRUPO TEMÁTICO IV

QUESTÃO 81

O Ministério Público Estadual propôs uma ação civil de improbidade administrativa contra o Secretário de Estado de Infraestrutura e a empreiteira X, visando à imposição das sanções previstas no inciso II, do art. 12 da Lei Federal N.º 8.429/1992, em razão da má execução de serviços numa estrada. Nela, o *Parquet* requereu a concessão de medida cautelar de indisponibilidade dos bens do referido agente público. Não houve pedido de invalidade de ato administrativo e o Estado de Mato Grosso não foi incluído no polo passivo da ação.

Nesse caso, com base na Lei N.º 8.429/1992 e nas regras do direito processual coletivo, é correto afirmar:

- [A] O Estado de Mato Grosso deve integrar a lide como litisconsorte passivo necessário.
- [B] O Estado de Mato Grosso deve integrar a lide no polo ativo da demanda, atuando em conjunto com o Ministério Público.
- [C] O representante legal da empreiteira deve integrar a lide como litisconsorte passivo necessário.
- [D] A medida cautelar de indisponibilidade dos bens do agente ímprobo deve ser formulada em ação cautelar.
- [E] O Estado de Mato Grosso pode ingressar na lide para a defesa da adequação e regularidade das obras realizadas, desde que se afigure útil ao interesse público, ou para atuar ao lado do Ministério Público.

QUESTÃO 82

Quanto à aplicação dos instrumentos da política nacional do meio ambiente, assinale a afirmativa correta.

- [A] As competências relativas ao licenciamento ambiental são delegáveis.
- [B] Cabe ao órgão licenciador definir, na situação concreta, se o Estudo Prévio de Impacto Ambiental é necessário ou não.
- [C] A audiência da sociedade em matéria ambiental encontra-se vinculada ao processo de licenciamento das atividades sujeitas ao dever de realizar o Estudo Prévio de Impacto Ambiental.
- [D] O Plano Diretor não se constitui em instrumento adequado para instituir diretrizes quanto ao zoneamento ambiental da cidade.
- [E] A auditoria ambiental deve ser realizada exclusivamente pelo Poder Público.

QUESTÃO 83

Em relação ao regime jurídico de responsabilização civil em matéria ambiental, analise as proposições abaixo.

- I - Os pedidos de condenação em obrigações de fazer e de indenização por dano ambiental podem ser cumulados, inexistindo *bis in idem*, pois o fundamento para cada um deles é diverso. O pedido de obrigação de fazer cuida da reparação *in natura* do dano ecológico puro e a indenização visa ressarcir os danos materiais irreversíveis e os danos extrapatrimoniais.
- II - A responsabilização civil tem por objetivo a reparação do dano ambiental, que pode compreender a indenização pela perda da qualidade ambiental, a restauração natural, a recuperação do dano, ou ainda, sua compensação, *in natura*, ou pecuniária, esta, mediante a atribuição de um equivalente econômico.
- III - A Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei Federal N.º 12.305/2010) prevê que a contratação de serviços de coleta, armazenamento, transporte, transbordo, tratamento ou destinação final de resíduos sólidos, ou de disposição final de rejeitos, isenta as pessoas físicas ou jurídicas de responsabilidade por danos que venham a ser provocados pelo gerenciamento inadequado dos respectivos resíduos ou rejeitos.
- IV - A Lei N.º 9.985/2000, que trata das Unidades de Conservação, institui espécie de medida compensatória ao estabelecer que, nos casos de licenciamento ambiental de empreendimentos de significativo impacto ambiental, com fundamento em EIA/RIMA, o empreendedor é obrigado a apoiar a implantação e manutenção de unidade de conservação.

Estão corretas as proposições

- [A] I, II e III, apenas.
- [B] I e II, apenas.
- [C] II e IV, apenas.
- [D] III e IV, apenas.
- [E] I, II e IV, apenas.

QUESTÃO 84

Levando em conta o disposto na Lei N.º 9.656/1998, que institui o regime de assistência à saúde prestada pelas operadoras de planos de saúde, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- [A] É vedada a existência de cláusula excedente de cobertura às doenças constantes na Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde, da Organização Mundial da Saúde.
- [B] É vedada a alteração do preço do plano de saúde em razão da idade.
- [C] É vedada a limitação para internação hospitalar, devendo ser consideradas nulas as cláusulas que preveem essa possibilidade.
- [D] O reajuste dos planos individuais e familiares só pode ocorrer anualmente e mediante prévia autorização da Agência Nacional de Saúde Suplementar.
- [E] O Código de Defesa do Consumidor pode ser aplicado nos contratos entre usuários e operadoras de Planos de Assistência à Saúde.

QUESTÃO 85

No que se refere à competência nas ações coletivas, analise as afirmativas abaixo.

- I - Na ação civil pública, a competência territorial pela prevenção tem critério diverso daquele adotado no Código de Processo Civil, ocorrendo com a propositura da ação.
- II - Há possibilidade de propositura de ações coletivas perante os Juizados Especiais Cíveis.
- III - O Estatuto da Criança e do Adolescente e o Estatuto do Idoso adotam a sistemática prevista na Lei de Ação Civil Pública quanto à competência do foro do local do dano.
- IV - Na ação civil pública, não há foro por prerrogativa de função, salvo na hipótese que envolva ações contra o Conselho Nacional de Justiça e contra o Conselho Superior do Ministério Público.

Estão corretas as afirmativas

- [A] I, II e III, apenas.
- [B] I, II e IV, apenas.
- [C] I e IV, apenas.
- [D] II e III, apenas.
- [E] III e IV, apenas.

QUESTÃO 86

Assinale a alternativa que se encontra em **DESACORDO** com entendimentos doutrinários e jurisprudenciais sobre os princípios e as garantias institucionais do Ministério Público.

- [A] A instauração de inquérito civil público por Promotor de Justiça do Estado de Mato Grosso, mediante delegação do Procurador-Geral, para investigar suposta prática de ato de improbidade administrativa cometida pelo governador de Estado, adequa-se ao princípio do promotor natural.
- [B] A obrigatoriedade no cumprimento de medidas estabelecidas no planejamento institucional como prioridade de atuação em determinado ramo do Ministério Público adequa-se ao princípio da independência funcional.
- [C] A atuação de órgão ministerial desvinculada da Vara Judicial para a qual foi devidamente designado, pautada na organização interna da instituição, adequa-se ao princípio do promotor natural.
- [D] A atuação do MP Estadual junto aos tribunais superiores, nas causas em que for parte, viola o princípio da unidade, já que cabe ao Procurador-Geral da República representar o Ministério Público perante o STJ e o STF.
- [E] A participação de membro do Ministério Público na fase investigatória criminal não acarreta o seu impedimento ou suspeição para o oferecimento de denúncia.

QUESTÃO 87

Em relação ao inquérito civil público, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- [A] O Ministério Público, nos autos do inquérito civil público, poderá expedir recomendação como medida substitutiva ao compromisso de ajustamento de conduta ou à ação civil pública.
- [B] Nos autos do inquérito civil público, há possibilidade de compartilhamento do resultado de interceptações telefônicas judicialmente autorizadas em investigação criminal.
- [C] Trata-se de procedimento informativo, administrativo, facultativo e público, sendo que o membro do Ministério Público poderá prestar informações, inclusive aos meios de comunicação social, a respeito das providências adotadas para apuração de fatos em tese ilícitos.
- [D] As notificações e requisições expedidas por órgãos do Ministério Público do Estado de Mato Grosso a qualquer membro da Assembleia Legislativa, destinadas a instruir inquérito civil público, deverão ser encaminhadas pelo Procurador-Geral de Justiça.
- [E] Um dos efeitos da instauração do inquérito civil público é o de obstar a fluência do prazo decadencial nos casos de vícios aparentes ou de fácil constatação, até o seu encerramento.

QUESTÃO 88

No que se refere à política educacional no atendimento dos direitos da criança e do adolescente, analise as assertivas abaixo.

- I - O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia, dentre outras, de educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria.
- II - O direito ao atendimento educacional especializado substitui o direito à educação (escolarização) oferecida em classe comum da rede regular de ensino.
- III - Nas situações em que são esgotados os meios pedagógicos de oferta do aprendizado, a transferência involuntária do aluno é permitida, independentemente de prévia instauração de procedimento administrativo pelo Poder Público.
- IV - Os Municípios incumbir-se-ão de oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino.

Está correto o que se afirma em

- [A] I, apenas.
- [B] I, II e IV, apenas.
- [C] I e IV, apenas.
- [D] II e III, apenas.
- [E] III, apenas.

QUESTÃO 89

Assinale a afirmativa que se encontra em **DESACORDO** com as regras de direito sanitário.

- [A] As obras de infraestrutura realizadas para beneficiar diretamente a rede de saúde e as de saneamento básico não constituirão despesas com ações e serviços públicos de saúde, para fins de apuração dos percentuais mínimos que devem ser destinados à Saúde.
- [B] A internação psiquiátrica involuntária depende de autorização judicial.
- [C] A participação dos membros eleitos do Poder Legislativo, representação do Poder Judiciário e do Ministério Público, como conselheiros, não é permitida nos Conselhos de Saúde.
- [D] Quando as suas disponibilidades forem insuficientes para garantir a cobertura assistencial à população de uma determinada área, o Sistema Único de Saúde poderá recorrer aos serviços ofertados pela iniciativa privada.
- [E] O documento de autorização e especificação do órgão a ser transplantado, firmado pelo doador, na hipótese de disposição de tecidos, órgãos e partes do corpo humano vivo para fins de transplante ou tratamento, deve ser expedido em duas vias, uma das quais deverá ser destinada ao Ministério Público.

QUESTÃO 90

Relativamente ao impacto da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência no ordenamento jurídico, analise as assertivas abaixo.

- I - O conceito de deficiência compreende a diferença entre indivíduos advinda de lesão, função do corpo ou desempenho de atividades.
- II - A deficiência mental (retardo mental) é considerada enfermidade, sendo, por si só, causa de impedimento de casamento.
- III - O “desenho universal” significa o projeto de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados, na maior medida possível, por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou projeto específico. Ele não deverá excluir as “ajudas técnicas” para grupos específicos de pessoas com deficiência, quando necessárias.
- IV - É tida como ação afirmativa a regra que estabelece que os concursos públicos federal, estaduais e municipais deverão prever a reserva de, pelo menos, 5% de suas vagas para pessoas com deficiência.

Está correto o que se afirma em

- [A] I, II e IV, apenas.
- [B] III e IV, apenas.
- [C] I, II e III, apenas.
- [D] II e III, apenas.
- [E] I e IV, apenas.

QUESTÃO 91

À luz da matéria consumerista, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- [A] Conforme entendimento consolidado do STJ, é vedado ao julgador conhecer, de ofício, da abusividade das cláusulas nos contratos bancários.
- [B] Conforme entendimento consolidado do STJ, aplica-se o Código de Defesa do Consumidor aos contratos de plano de saúde.
- [C] O Código de Defesa do Consumidor, ao contrário do Código Civil, não admite a possibilidade de retratação da oferta, bem como considera irrelevante o erro na proposta para a venda de um produto.
- [D] Conforme entendimento consolidado do STJ, as instituições financeiras respondem objetivamente pelos danos gerados por fortuito interno relativo a fraudes e delitos praticados por terceiros no âmbito de operações bancárias.
- [E] No Código de Defesa do Consumidor, consta como direito do consumidor a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, o que não inclui a especificação dos tributos incidentes.

QUESTÃO 92

Relativamente à tutela coletiva, analise as assertivas abaixo.

- I - O ajuizamento de ação coletiva objetivando a condenação de uma empresa em obrigação de não fazer consistente em o fornecedor não mais inserir, em contratos futuros, as cláusulas abusivas, refere-se a interesse difuso.
- II - Em regra, na ação civil pública, o recurso de apelação será recebido nos efeitos devolutivo e suspensivo.
- III - A sentença de procedência nas ações coletivas beneficia o indivíduo que propôs ação individual e que não optou pela sua suspensão.
- IV - A doutrina sobre processo civil coletivo admite, majoritariamente, a restrição da coisa julgada *erga omnes* aos limites da competência do órgão prolator da decisão.

Está correto o que se afirma em

- [A] I, apenas.
- [B] I e II, apenas.
- [C] II, apenas.
- [D] II, III e IV, apenas.
- [E] I, II, III e IV.

QUESTÃO 93

Quanto à competência administrativa e legislativa em matérias que repercutem no direito urbanístico, é correto afirmar:

- [A] É de competência privativa da União legislar sobre direito urbanístico.
- [B] A instituição de diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos, é da competência dos Estados.
- [C] A União possui competência legislativa privativa para instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões constituídas por municípios limítrofes, para o planejamento, a organização e a execução de funções públicas de interesse comum.
- [D] O trânsito e o transporte são matérias de competência legislativa privativa da União. No entanto, de forma suplementar, pode a legislação municipal tratar dessas questões, desde que presente o interesse local.
- [E] É de competência privativa dos Municípios promover a construção de moradias e melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico.

QUESTÃO 94

A respeito do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), analise as proposições abaixo.

- I - Em regra, as medidas socioeducativas não comportam prazo determinado, devendo sua manutenção ser reavaliada a cada seis meses. Há um limite temporal máximo de 03 (três) anos para a internação e a semiliberdade, que se tem aplicado, por analogia, à liberdade assistida.
- II - Após cumprido o prazo máximo de 03 (três) anos, o adolescente poderá ser liberado ou colocado em regime de semiliberdade ou liberdade assistida.
- III - O Ministério Público é competente para conceder a remissão, mas impossibilitado de aplicar qualquer medida socioeducativa, atividade exclusiva da autoridade judiciária.
- IV - É possível a dispensa da produção probatória em sede de ação socioeducativa pública.

Encontra-se em **DESACORDO** com o entendimento jurisprudencial e doutrinário que tem sido conferido às normas do ECA o que se afirma em

- [A] I, apenas.
- [B] II e III, apenas.
- [C] I e IV, apenas.
- [D] IV, apenas.
- [E] II, III e IV, apenas.

QUESTÃO 95

Relativamente à colocação de criança ou adolescente em família substituta, é correto afirmar:

- [A] A guarda compartilhada ou conjunta é regulada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e é identificada pela situação em que pai e mãe alternam a guarda dos filhos em espaços de tempo definidos, decidindo, no período em que com eles estiver, como se fosse guardião único.
- [B] Em nenhuma situação poderá ser deferida adoção em favor de candidato domiciliado no Brasil não cadastrado previamente nos registros de casais habilitados à adoção.
- [C] A guarda familiar é instituto de natureza substitutiva da família natural, outorgada a casal ou família que recebe uma criança ou adolescente em seu seio, provisoriamente, por ordem da autoridade judiciária, para dela cuidar, assistir e prestar todo o tipo de assistência, sem a finalidade de se tornar definitiva.
- [D] O deferimento da tutela não se encontra vinculado ao pressuposto da prévia decretação da perda ou suspensão do poder familiar.
- [E] O consentimento dos pais para a adoção terá valor mesmo se for dado antes do nascimento da criança.

QUESTÃO 96

Levando-se em conta as disposições da Lei N.º 12.651/2012 (Código Florestal), é correto afirmar quanto ao regime de proteção da reserva legal:

- [A] É prerrogativa exclusiva do proprietário ou do posseiro a definição da área de imóvel rural a ser mantida como reserva legal, incumbindo ao órgão ambiental homologar tal situação, sem possibilidade de discordar com o local designado.
- [B] Os imóveis situados na Amazônia Legal terão a área de reserva legal fixada conforme os biomas que ostentarem.
- [C] É vedada a exploração econômica dos recursos naturais existentes nas áreas de reserva legal.
- [D] Às pessoas jurídicas de direito público, é facultado instituir e conservar as áreas de reserva legal em imóveis rurais de sua propriedade.
- [E] Formalizada e constituída a reserva legal, é possível a alteração de sua destinação, nos casos de transmissão, a qualquer título, ou de desmembramento.

QUESTÃO 97

Assinale a alternativa que se encontra em **DESACORDO** com o Estatuto do Idoso.

- [A] O primeiro critério de desempate em concurso público será a idade, dando-se preferência ao candidato de idade mais avançada.
- [B] Nos transportes coletivos interestaduais, observar-se-á a reserva de duas vagas gratuitas em cada veículo para idosos com renda igual ou inferior a dois salários mínimos; se o número de idosos exceder essa cota, devem ser concedidos 50% de desconto, no mínimo, do valor da passagem para os idosos com a referida renda.
- [C] É assegurada prioridade na tramitação dos processos e procedimentos e na execução dos atos de diligências judiciais em que uma das partes ou interessado seja pessoa com idade igual ou superior a 60 anos; no entanto, a prioridade cessará com a morte do beneficiário.
- [D] Todo idoso tem direito a, pelo menos, 50% de desconto nos ingressos para as atividades de cultura, esporte e lazer.
- [E] É obrigatória a reserva para idosos de, pelo menos, 3% das unidades residenciais nos programas habitacionais públicos ou subsidiados com recursos públicos.

QUESTÃO 98

Quanto à tutela coletiva, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () É vedada a transação, acordo ou conciliação na ação civil de improbidade administrativa.
- () Em caso de desistência infundada ou abandono da ação civil pública por associação, outro legitimado deve assumir a titularidade ativa.
- () Na ação popular, a sentença que concluir pela carência ou pela improcedência da ação está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal.
- () A medida cautelar de indisponibilidade dos bens do agente ímprobo possui eficácia condicionada à propositura da ação principal no prazo de 30 dias.

Assinale a sequência correta.

- [A] V, V, F, F
- [B] F, F, V, V
- [C] F, V, F, F
- [D] V, F, F, V
- [E] V, V, V, F

QUESTÃO 99

NÃO é considerada prática abusiva pelo Código de Defesa do Consumidor:

- [A] Negativação do consumidor inadimplente, após sua prévia notificação.
- [B] Recusa à demanda dos consumidores na medida da disponibilidade do estoque.
- [C] Remessa de produto ou serviço sem prévia solicitação.
- [D] Cobrança pelo orçamento, quando há avaliação do produto a ser consertado, independentemente de prévio aviso ao consumidor.
- [E] Colocação, no mercado de consumo, de qualquer produto ou serviço em desacordo com as normas técnicas.

QUESTÃO 100

Assinale a alternativa que se encontra em **DESACORDO** com o fundamento da Política Nacional de Recursos Hídricos.

- [A] As águas são de domínio da União ou dos Estados.
- [B] A implementação da administração dos recursos hídricos tem como unidade territorial a bacia hidrográfica.
- [C] É objetivo da Política Nacional de Recursos Hídricos a prevenção e a defesa contra eventos hidrológicos críticos de origem natural ou decorrentes do uso inadequado dos recursos naturais.
- [D] As águas subterrâneas não se incluem no domínio público.
- [E] A outorga dos direitos de uso deverá obedecer às prioridades de uso das águas expostas nos Planos de Recursos Hídricos.

